



Anais da Assembléia

Nº 10

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 04 DE MARÇO DE 1993.

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arelindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania
(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 07.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 1993
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Dalton Machuca e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademir Traiano, Alceu Swaroswski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Osvaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO

Sob o n° DTL/SAT/28/93, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 571/91, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° 180/92, do Sr. WALDIR COPETTI NEVES - Chefe do CI/SESP/PR., em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES, do Sr. Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO, a qual foi solicitada à Secretaria de Estado da Seguran-

Curitiba, quinta, em 04.03.93

ça Pública, sobre "a ação da polícia, realizada no dia 03 de dezembro, por ocasião da ocupação da Fazenda da Mata em Nova Fátima". Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° 1121/GAB/92, do Sr. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Secretário Especial do Esporte e Turismo, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES, do Sr. Deputado FLORISVALDO FIER, a qual foi solicitada ao Governo do Estado, sobre "licitação para aquisição de placas indicativas, de indentificação de programas e de publicidade". Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 3546/93, do Sr. CAÍTO QUINTANA - Chefe da Casa Civil, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES do Sr. Deputado FLORISVALDO FIER, a qual foi solicitada ao Governo do Estado, sobre "licitações feitas pela atual administração, visando a aquisição de placas indicativas, de identificação de programas e de publicidade". Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 3533/93, do Sr. MAURO ROCHA - Chefe da Casa Civil substituto, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES, do Senhor Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, a qual foi solicitada à COPEL, sobre "a construção da Usina Hidrelétrica de Segredo". Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 3687/93, do Sr. CAÍTO QUINTANA - Chefe da Casa Civil, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES, do Sr. Deputado FLORISVALDO FIER, a qual foi solicitada à Secretaria de Estado da Segurança Pública, sobre "desapropriação de imóveis onde estão instaladas as Delegacias de Polícia do Estado do Paraná". Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Indicações:

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência com o propósito de encaminhar, conforme a relação em anexo, os nomes dos Parlamentares do Partido da Frente Liberal, com as respectivas indicações para as Comissões desta Casa Legislativa.

Na oportunidade, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

Comissão de Constituição e Justiça

Titulares: Nelson Garcia

Luiz Antonio Penteado Setti

Suplentes: Basílio Zanusso

Élio Lino Rusch

Comissão de Finanças

Titular: Élio Lino Rusch
Suplente: Duílio Genari

Comissão de Orçamento

Titular: Plauto Miró Guimarães Filho
Suplente: Luiz Antonio Setti

**Comissão de Agricultura,
Indústria e Comércio**

Titular: Duílio Genari
Suplente: Élio Lino Rusch

**Comissão de Obras Públicas,
Transporte e Comunicação**

Titular: Élio Lino Rusch
Suplente: Nelson Garcia

**Comissão de Educação,
Cultura e Esporte**

Titular: Luiz Antonio Penteado Setti
Suplente: Plauto Miró Guimarães Filho

**Comissão de Terras,
Imigração e Colonização**

Titular: Duílio Genari
Suplente: Plauto Miró Guimarães Filho

Comissão de Segurança Pública

Titular: Élio Lino Rusch
Suplente: Nelson Garcia

Comissão de Saúde Pública

Titular: Luiz Antonio Penteado Setti
Suplente: Élio Lino Rusch

Comissão de Redação

Titular: Basílio Zanusso
Suplente: Luiz Antonio Penteado Setti

Comissão de Tomada de Contas

Titular: Basílio Zanusso
Suplente: Duílio Genari

Comissão de Turismo

Titular: Élio Lino Rusch
Suplente: Luiz Antonio Penteado Setti

**Comissão de Ecologia e
Meio Ambiente**

Titular: Plauto Miró Guimarães Filho
Suplente: Luiz Antonio Penteado Setti

Comissão de Fiscalização

Titular: Duílio Genari
Suplente: Basílio Zanusso

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente,

Venho pelo presente indicar como líder do Bloco Parlamentar Independente - BPI, os nomes dos Senhores Deputados para comporem às Comissões:

Comissão de Constituição e Justiça

Titulares: Valdir Luiz Rossoni

Antonio Martins Annibelli

Suplentes: Nelson Roberto Justus
Lourenço Fregonese

Comissão de Finanças

Titular: Lourenço Fregonese
Suplente: Heinz Georg Herwing

Comissão de Orçamento

Titular: Nelson Roberto Justus
Suplente: Lourenço Fregonese

**Comissão de Agricultura, Indústria e
Comércio**

Titular: Antonio Martins Annibelli
Suplente: Valdir Luiz Rossoni

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e
Comunicação**

Titular: Heinz Georg Herwing
Suplente: Antonio Martins Annibelli

Comissão de Educação, Cultura e Esportes

Titular: Alceu Antonio Swarowski
Suplente: Valdir Luiz Rossoni

**Comissão de Terras, Imigração e
Colonização**

Titular: Valdir Luiz Rossoni
Suplente: Lourenço Fregonese

Comissão de Segurança Pública

Titular: Luiz Carlos Alborghetti
Suplente: Nelson Roberto Justus

Comissão de Saúde Pública

Titular: Lourenço Fregonese
Suplente: Nelson Roberto Justus

Comissão de Redação

Titular: Luiz Carlos Alborghetti
Suplente: Antonio Martins Annibelli

Comissão de Tomada de Contas

Titular: Antonio Martins Annibelli
Suplente: Luiz Carlos Alborghetti

Comissão de Turismo

Titular: Heinz Georg Herwing
Suplente: Nelson Roberto Justus

**Comissão de Ecologia e
Meio Ambiente**

Titular: Lourenço Fregonese
Suplente: Luiz Carlos Alborghetti

Comissão de Fiscalização

Titular: Nelson Roberto Justus
Suplente: Luiz Carlos Alborghetti

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 04.03.93

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
Líder do BPI

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 168

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 196

Senhor Presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n° 029/93, constante da Ordem do Dia, marcada para a Sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 198

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a designação de dia e horário para, durante Sessão Plenária desta Casa, ser ouvido o Diretor da Carteira de Fomento do Banco do Estado do Paraná S.A., para trazer esclarecimentos aos Senhores Deputados sobre a política de investimentos no referido campo econômico.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Torna-se necessário levar ao conhecimento dos parlamentares desta Casa, para que da situação tenham domínio, qual a dinâmica de atuação do fomento econômico praticado pelo BANESTADO. Assim sendo, nada melhor do que convidarmos o responsável pela área, a fim de que, em data oportunamente avençada, compareça à Assembléia Legislativa e descreva a política empreendida, podendo os Deputados, perguntando e reperguntando, formarem um juízo mais perfeito sobre o assunto.

* OBS: A Convocação só será feita se acompanhado do Sr. Secretário de Estado da Fazenda.

REQUERIMENTO N° 175

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de

Curitiba, quinta, em 04.03.93

um Voto de Aplausos e de Congratulações ao CORAL PARANÁ, pelo significativo trabalho que vem desempenhando na divulgação e engrandecimento de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

APLAUSO.

À música.

À arte, ao talento, à criatividade.

Ao espírito arrojado e conquistador de pessoas identificadas com padrões novos de conduta intelectual e profissional.

Ao triunfo que engrandece o Paraná.

CONGRATULAÇÕES.

À valorosa e laboriosa classe do funcionalismo público do Paraná, inegavelmente a principal peça na engrenagem da administração pública que com dedicação, sacrifício, espírito de trabalho, ajuda, dia a dia, a construir um trabalho cultural em proveito de nosso Estado.

O Coral Paraná.

Fundado em 06/10/79, por iniciativa dos Secretários dos Recursos Humanos (hoje Secretaria de Estado da Administração), do Planejamento e da Cultura, com o objetivo de incentivar os funcionários públicos a se dedicarem a música, e assim formar um grande Coral.

O objetivo, sem dúvida alguma, foi alcançado.

Nossas homenagens ao Maestro Mário Garau, que foi o grande idealizador deste trabalho, que hoje conta com 50 componentes.

As dificuldades foram muitas, mas os obstáculos foram vencidos, atestando de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência profissional.

A sua primeira apresentação oficial aconteceu na Missa rezada por Sua Santidade - Papa João Paulo II, no dia 06/07/80, quando de sua visita à Curitiba, que abençoando e iluminando o caminho dos seus componentes, abria uma peregrinação, até esta data, com apresentações em mais de 80 municípios paranaenses, alguns sendo visitados já pela segunda e até terceira vez, sempre contando com o patrocínio do Governo Estadual através da Secretaria da Administração, e com o apoio da Assembléia Legislativa e da Festur.

Queremos também, nesta oportunidade, registrar os nossos agradecimentos pelo grandioso espetáculo apresentado por ocasião da solenidade de entrega do Título de Cidadão Benemérito do Paraná, por proposição nossa, ao Desembargador Luiz Renato Pedroso - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, nesta Casa de Leis, encantando a todos, Parlamentares, Autoridades e Convidados para aquela Sessão Solene, que, em reconhecimento a brilhante atuação aplaudiu de pé o Coral do

Paraná.

Neste sentido, não poderia deixar de registrar nos Anais deste Poder Legislativo o trabalho altamente profissional de todos aqueles que integram o seu elenco, fazendo com que o Coral Paraná seja hoje, um dos mais importantes de nosso Estado e merecedor de nosso apoio e incentivo.

REQUERIMENTO N° 166

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Voto de Louvor à Polícia Rodoviária Estadual pelo trabalho desenvolvido na Operação Praias - Verão 1993.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A Polícia Rodoviária Estadual, desde a implantação do programa Operação Praias, vem se tornando indispensável à comunidade litorânea do Estado do Paraná, com seus serviços competentes para com o lazer e tranquilidade dos veranistas que viajam e permanecem no litoral paranaense, motivo pelo qual solicitamos o presente e merecido Voto de Louvor.

REQUERIMENTO N° 167

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido Voto de Louvor à Polícia Rodoviária Federal, pelo trabalho desenvolvido na Operação Praias - Verão 1993.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Requeremos o presente Voto de Louvor, vem pelo reconhecimento dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal na Operação Praias/93, tendo contribuído de maneira significativa, orientando os veranistas no sentido de dar maior segurança aos mesmos. Este trabalho vem sendo desenvolvido com muita competência no decorrer dos últimos anos, fazendo com que os veranistas e turistas se habituem com a presença e segurança que os policiais transmitem nesta importante função.

REQUERIMENTO N° 170

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados, na Ata dos trabalhos de hoje VOTOS DE CONGRATULAÇÕES, pela passagem do 30° aniversário do conceituado matutino DIÁRIO POPULAR, dirigido pelo competente e dinâmico jornalista ABDO AREF KUDRI, sempre voltado às causas populares e de toda

a sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

REQUERIMENTO N° 173

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o registro de um voto de congratulações, pelo 30° aniversário do jornal "Diário Popular", que se comemora nesta data, oficiando-se sua direção.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Oswaldo Trevisan, Erondy Silvério, Luiz Antônio Setti, e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Servindo uma comunidade que dispõe de seletor grupo de empresas de comunicação, consideradas modelares, especialmente na mídia e imprensa, o "Diário Popular" chega ao 30° aniversário de vida como exemplo de moderno jornalismo, e se destaca no setor por sua postura independente e democrática.

Fundado em 04 de março de 1963 e sob a direção do veterano Jornalista Abdo Aref Kudri, o "Diário Popular" tem sido verdadeiro baluarte das causas de interesse público e vem servindo a comunidade com raro destemor e brilho incomum na ingente tarefa de informar com isenção e servir os leitores com espírito público e grande dedicação.

Intransigente defensor do bem comum e consagrado veículo de reivindicações do povo em geral, o "Diário Popular" está colhendo, hoje, os louros de sua trajetória brilhante, através das muitas homenagens que lhe são tributadas pela comunidade e às quais a Assembléia Legislativa com certeza deseja se fazer incluir, com a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO N° 182

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em ata de voto de congratulações ao senhor JOSÉ CARLOS MATEUS, eleito recentemente para o cargo de Presidente da Associação dos Caminhoneiros da região de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Das mais justas e felizes, à eleição do caminhoneiro JOSÉ CARLOS MATEUS, para o cargo de presidente da Associação do Caminhoneiro de Campo Mourão e região.

Conhecedor profundo dos problemas que afligem a categoria, se constituirá por certo, em um combatente eficaz para a so-

lução dos mesmos através da contribuição de seu conhecimento e experiência, para que este importante segmento da vida econômica do país seja atendido em suas justas e prementes reivindicações.

REQUERIMENTO N° 171

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado um Voto de Pesar pelo falecimento do cientista ALBERT SABIN, criador da vacina oral contra a poliomielite, médico, casado com a brasileira Heloísa Dunshee de Abranches Sabin, cuja carreira, dedicada ao combate do vírus, resultou em inúmeros benefícios à população brasileira, dando-se ciência da aprovação do presente à sua viúva.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

O médico Albert Sabin, casado com a brasileira Heloísa Dunshee Abranches Sabin, faleceu ontem, em Washington, aos 86 anos.

Alberto Sabin chegou aos Estados Unidos na qualidade de imigrante polonês, quando tinha 15 anos de idade, e se graduou na Universidade de Nova York, destacando-se por pesquisas feitas na Universidade de Cincinnati e no Exército dos Estados Unidos durante a 2ª Guerra Mundial, tendo presidido o Instituto Weizman de Ciências em Israel desde 1970 até 1972.

Em 1959, sua vacina oral foi aplicada em cerca de seis milhões de crianças mexicanas.

No início da década de 80, escolheu o Brasil, juntamente com o México para testar a imunização contra sarampo, com aerossol.

Em sua vida, dedicou atenção especial ao nosso País, e jamais recusou-se a participar de campanhas de vacinação em massa, sendo que muitas delas contaram com a sua presença e incentivo.

Albert Sabin é merecedor dessa singela homenagem, assim como do reconhecimento do Paraná, pelos benefícios que nos trouxe.

REQUERIMENTO N° 172

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, Voto de Profundo Pesar pelo falecimento ocorrido em 28 de fevereiro último, do Senhor Koshiro Suzuki, pioneiro e fundador da cidade e Município de Arapongas.

Nascido na cidade de Yamagata, no Japão, em 21.08.1902, por 29 anos serviu sua pátria de nascimento onde como militar foi em Tóquio, guarda do Palácio Imperial.

Curitiba, quinta, em 04.03.93

Aproximou-se após, a padres jesuítas, tendo através dos estudos filosóficos e tecnológicos, adotado como religião, o catolicismo.

Encantado com a vida de São Francisco Xavier, foi dentro desses ensinamentos, que escolheu o Brasil para difundir suas idéias e crenças.

Soberba é sua peregrinação no solo brasileiro, a partir dos 29 anos de idade, quando em São Paulo além da evangelização, lecionou japonês.

Elevado no seio da Igreja Católica a catequista, sonhou reunir colonizadores japoneses para vir ao Paraná.

Iniciou aqui sua caminhada começando por Cambará e, deslumbrado com a terra roxa que encontrou na região do Norte Paranaense, resolveu ali, fixar-se e trazer para nossa região outros filhos da terra do sol nascente que criando raízes fixaram-se naquele lugar, batizando-o de "Colônia Esperança", nome que traduzido do japonês falava em fé e amor.

Arapongas que era chichê no mapa dos desbravadores que constituíram a Cia. de Terras do Norte do Paraná começava a ter vida.

Quando Rene Cellot chegou em Arapongas, justiça seja feita, ali já encontrou Koshiro Suzuki.

Por isso este meu respeitoso preito que requeiro, seja transmitido a seus familiares residentes em Arapongas e extensivo aos demais não nominados.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 190

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em 03 de março último, do Doutor Albert Bruce Sabin.

Nascido em 1906 na Cidade de Bialistok, Polônia, quando tinha 15 anos emigrou para os Estados Unidos da América do Norte, onde veio se naturalizar.

Formou-se em Medicina e doutorou-se em 1931, pela Universidade de Nova York. Fez pós graduação na Inglaterra, em Londres, no Instituto Lister de Medicina preventiva.

Foi um dos grandes mestres da medicina americana no campo das pesquisas pediátricas e lecionou no Instituto Rockefeller e na Universidade de Cincinnati.

Dedicou-se inteiramente aos estudos da poliomielite e em 1956 preparou a vacina de uso oral contra a paralisia infantil.

Em 1961 visita pela primeira vez o Brasil e organiza os preparativos para a vacinação em massa contra a pólio no então

Estado da Guanabara e em São Paulo.

Em 1980 Sabin é nomeado consultor para assuntos epidemiológicos do Ministério da Saúde do nosso País.

Passa-se daí a cumprir e observar, no Brasil, as determinações da Organização Mundial da Saúde (OMS) conseguindo controlar a poliomielite com a vacinação de cerca de 81,7% (oitenta e um vírgula sete por cento) das crianças brasileiras. Aos ensinamentos desse sábio deve o Brasil a erradicação total da paralisia infantil em nossa Pátria.

Casado com a brasileira Heloisa Dunshée de Abranches e apesar de cidadão do mundo o Professor Sabin publicamente confessava seu imenso amor ao Brasil.

Nossa terra lhe conferiu a maior comenda do Itamaraty que é a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco.

A par dos relevantes serviços que prestou ao país que adotou e que o respeitava o Professor Sabin é dessas figuras que pertencem a história da humanidade pelo trabalho que desenvolveu no campo da medicina em favor de todos os povos.

O sentimento de perda que sentimos reflete, tenho certeza, a opinião da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Desejamos que isso fique registrado junto a Embaixada dos Estados Unidos da América do Norte, a quem requeiro a comunicação deste voto.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 193

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido nos Anais do Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sargento Vicente de Freitas, do cabo Algacir José Weber e do soldado Adelino Arcanti, da Polícia Militar do Paraná, mortos a tiros ontem, quando faziam levantamento da situação na fazenda Santana, em Campo Bonito, Oeste do Paraná, ocupada pela manhã por cerca de 170 famílias de sem-terras.

O lamentável episódio, que mereceu o repúdio até mesmo da Coordenação do Movimento Sem Terra (MST) ceifou a vida de três homens, chefes de família, dedicados no cumprimento do dever profissional.

O fato merece não apenas o repúdio de toda a sociedade, como a mais séria investigação por parte dos organismos de segurança pública, a fim de apurar-se as responsabilidades pelas mortes.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 192

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião, sugestão para dar nome do cientista Albert Bruce Sabin, a um dos próprios públicos da Saúde do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a morte de Albert Sabin desaparece uma das mais brilhantes figuras de cientista e lutador pela implantação de sua descoberta em benefício da humanidade.

Muito conhecido dos brasileiros, pois esteve muitas vezes entre nós e aqui acompanhou a luta contra a paralisia infantil. Sabin, que era casado com brasileira, aqui também colheu, ao lado de muitos aplausos por sua obra universalmente reconhecida, dissabores ao discordar de certas medidas adotadas por nossas autoridades.

Albert Bruce Sabin, nasceu a 26 de agosto de 1906 em Bialystok, Polônia, e emigrou para os Estados Unidos, onde se formou em medicina pela New York University em 1931.

O cientista Albert Sabin tem o reconhecimento internacional, por se tratar de um benfeitor da humanidade, dedicando sua vida ao desenvolvimento de trabalhos visando o avanço da medicina.

Entre esses trabalhos, sem dúvida o mais conhecido foi a descoberta da vacina contra a poliomielite, que sabemos de sobejo ter representado a maior conquista da ciência médica contra o mal que tantos sofrimentos causou às famílias do mundo inteiro, por longos anos. Hoje, graças à descoberta do Doutor Sabin, a paralisia infantil está sob controle em algumas áreas e totalmente erradicada em outras onde campanhas sistemáticas de imunização acontecem. Por sua grandiosa contribuição científica o Doutor Albert Sabin foi justa e merecidamente agraciado com o Prêmio Nobel de Medicina.

O Doutor Albert Sabin foi também, um amigo do Brasil e especialmente do Paraná, havendo visitado Curitiba e ampliado sua contribuição através de orientação de acompanhamento de programas e de palestras.

Portanto, nada mais justo que a retribuição do Paraná, por intermédio desta Casa, que representa os anseios do povo paranaense,.

Temos certeza que este é o desejo de milhares de paranaenses, neste momento.

Por estas e outras razões, é que sugerimos ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião dar o nome do cientista Albert Bruce Sabin a um dos próprios públicos da Saúde do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 169

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Senhor Moacir Bono Ruiz, vice-Prefeito do Município de Diamante do Norte, extensivo a seus familiares, contendo votos de pesar pelo falecimento do seu genitor Senhor Antonio Bono Ruiz Filho, ocorrido no último dia 02 do corrente mês, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Nascido na cidade de Bocaíma, Estado de São Paulo, em 21 de dezembro de 1912, transferiu-se para Diamante do Norte em 1952, naquela época ainda pertencente ao município de Paranavaí, sendo um dos desbravadores daquela região.

Juntamente com outras famílias de pioneiros da região, lutou pela emancipação política do município de Nova Londrina em 1954, e mais tarde, no ano de 1963, lutou pela emancipação política do município de Diamante do Norte. Radicado no meio rural como agricultor e pecuarista, foi um dos responsáveis pelo desenvolvimento do município e de toda a região.

Faleceu aos oitenta anos de idade, deixando viúva a Senhora Maria Izabel Bono Ruiz, e onze filhos, netos e genros e noras gozam de grande conceito na cidade, pela formação e educação que receberam no seio da família, e nada mais justo do que prestarmos uma última homenagem a quem em vida, tanto colaborou com o progresso, não apenas de uma cidade ou região, mas sim do nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 174

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a viabilidade da pavimentação asfáltica Rodovia PR.457, trecho compreendido entre os municípios de Maringá e Itambé.

A pavimentação asfáltica pretendida servirá a uma extensa região, explorada por agricultores e pecuaristas que necessitam urgentemente desta obra, principalmente por tratar-se de interesses econômicos e sociais comuns entre aqueles Municípios.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 176

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, seja consig-

Curitiba, quinta, em 04.03.93

nado na Ata dos trabalhos, um voto de Congratulações, a Dom Pedro Fedalto Arcebispo de Curitiba, e ao Bispo de Ponta Grossa, Dom Murilo Krüger pelo trabalho desenvolvido aos necessitados, principalmente nas Campanhas de Fraternidade, em especial este ano, com o slogan "onde moras".

Procura a Igreja Católica despertar a comunidade e autoridades para o grave problema que é a moradia.

Junto todos podemos achar a solução.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 177

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Claudio Romanelli, digníssimo Secretário Especial de Habitação, no sentido de que seja viabilizado uma parceria com o Município de Ponta Grossa, para a construção de Casas Populares, pois o sistema pela qual depois de 1982, foram construídas algumas casas em Ponta Grossa e ultimamente por convênio com a Caixa Econômica, ficaram inviáveis as prestações aos mutuários existindo inúmeras dificuldades pelo valor alto das prestações.

Com a parceria do Governo do Estado, seriam construídas casas ao alcance dos trabalhadores, com prestações que não ultrapassariam 20% (vinte por cento) do valor do salário mínimo.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 178

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente oficial, ao Ilustríssimo Senhor Stênio Sales Jacob, digníssimo Presidente da SANEPAR, consultando sobre a possibilidade de uma redução da taxa de rede de esgoto, cobrada consumo de água dos moradores do Município de Nova Esperança.

Tal reivindicação baseia-se em requerimento aprovado pela Câmara Municipal de Nova Esperança, de autoria do Vereador José Cardoso Leal, onde argumenta que a taxa de esgoto atualmente cobrada dos municípios, é de 80% do consumo de água, cujo valor não condiz com a realidade.

Neste sentido, esperamos que a reivindicação em questão, seja atentamente analisada, viabilizando-se a nossa proposta.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) COSTENARO NETO

REQUERIMENTO N° 179

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja determinado a realização por parte do D.E.R., da obra de conclusão da ponte sobre o Rio Xambrê, na estrada Yara, no município de Iporã.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Considerando ter sido concluída pela Secretaria dos Transportes- DER, a ponte sobre o Rio Xambrê, na Estrada Yara, que liga os municípios de Iporã a Francisco Alves, por sinal uma obra das mais importantes para a região e considerando a impossibilidade financeira dos municípios envolvidos em executarem as obras complementares, consistentes nos aterros de acesso à ponte, torna-a inútil para o uso que se preste.

REQUERIMENTO N° 180

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial aos Senhores Elias Abrahão e Durval Amaral, Secretários de Educação e do Trabalho e Ação Social, respectivamente, no sentido de que seja providenciado estudos visando recursos humanos, materiais, financeiros e pedagógicos para a Escola Especial Michele Caldas Xavier - APAE, no Município de Altônia.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Especial Michele Caldas Xavier - APAE de Altônia, com sede em Altônia, atende 90 alunos deficientes mentais e todos os carentes que são mantidos pela Entidade.

Face as grandes dificuldades que estão passando para manter a Escola em funcionamento, necessitam de ajuda do Governo do Estado, através das duas Secretarias, Educação e do Trabalho e Ação Social para viabilizarem o atendimento.

REQUERIMENTO N° 181

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, no sentido de que seja autorizado a liberação de recursos financeiros para a construção de unidades de escolas oficinas no município de Pérola.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Escola oficina sugere uma proposta de trabalho educativo e pedagógico mais próximo da realidade e das necessidades das crianças e do adolescente do campo, na certeza de que a escola pública assuma suas funções sociais.

Neste sentido, tem como principal proposta pedagógica o trabalho com adolescentes vitimizados, a fim de profissionalizá-los e de resgatar seus direitos enquanto cidadãos e pessoas em desenvolvimento.

Com esse objetivo, requeiro recursos financeiros para que seja construído tão importante obra no município.

REQUERIMENTO N° 184

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de reivindicar a pavimentação asfáltica do trecho rodoviário entre o município de Maria Helena e a Vila Ipiranga com 12 quilômetros de extensão.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O orçamento aprovado e publicado no Diário Oficial n° 3.918, de 28.12.92, em sua página 242, prevê a construção da referida obra, e a nossa intenção é a de acelerar o processo, colocando-a em prioridade.

REQUERIMENTO N° 185

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira de Almeida, digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção em caráter emergencial de um Posto de Saúde na sede do município de MARILUZ.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja determinado, pelo DER - Departamento de Estradas e Rodagem, a pavimentação asfáltica do trecho entre a PR 486 e a sede

do distrito de JANGADA, em CAFEZAL DO SUL.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 187

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores José Afonso Junior e Maurício Requião, digníssimo Secretário Especial do Esporte e Turismo e Superintendente da FUNDEPAR, respectivamente, no sentido de que seja incluído e agilizado a liberação de recursos para a construção de canchas poliesportivas cobertas, conforme o Programa "Nossa Quadra", para o Colégio Estadual de Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Governamental "Nossa Quadra", cuja participação será da Secretaria de Esportes e da FUNDEPAR, objetiva a construção de quadras polivalentes cobertas nos estabelecimentos de Ensino criando espaços que propiciem as condições ideais para a prática de atividades físicas nos municípios do Estado.

Dentro dessa perspectiva gostaríamos de incluir o município de Assis Chateaubriand o Colégio Estadual de Assis Chateaubriand para ser atendido.

REQUERIMENTO N° 188

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros para a aquisição e distribuição de viaturas, equipamentos e armas para polícia civil e militar do município de ENGENHEIRO BELTRÃO.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

As questões envolvendo a insegurança da comunidade, o aumento da criminalidade e a crescente onda de violência que vem avançando para o interior do Estado é fruto de flagrantes e denunciados casos de injustiça social.

São desequilíbrios sócio-econômicos, são disparidades entre o trabalho e o capital, e o desemprego que cresce assustadoramente, e a recessão. Enfim são consequências do inchaço populacional nos grandes centros e consequente o esvaziamento do campo.

A cidade vive esse drama. A sociedade precisa e clama por proteção, pela presen-

Curitiba, quinta, em 04.03.93

ça do policiamento. Hoje a segurança pública é item primeiro no rol de reivindicações das famílias brasileiras. E o Estado precisa estar preparado para dar resposta a essa reivindicação, para tanto, solicito a Vossa Excelência, mais recursos para a Polícia Militar e civil no município, oferecendo mais tranquilidade para a população.

REQUERIMENTO N° 194

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo o pronunciamento "INFORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO" proferido pelo jornalista Adherbal Fortes de Sá Júnior, por ocasião de formatura dos novos jornalistas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/Pr, no dia 08 de janeiro de 1993.

Homem de inteligência rara e jornalista reconhecido pelo profissionalismo e competência, Adherbal Fortes de Sá Júnior foi escolhido como paraninfo da turma "José Wanderley Dias" da PUC, oportunidade em que transformou suas palavras em uma profissão de fé na imprensa, no homem, no Brasil e na vida: "... três séculos e meio depois, a notícia chegou a todos os públicos: o mundo realmente se move em torno do sol. E muitos da força desse movimento vem do pensamento, do discurso e das ações daqueles que ousam seguir à frente de seu tempo - mesmo humilhados e apontados como lunáticos, sonhadores, visionários, homens estranhos, de idéias exóticas e cheias de ismos.

Eles são os mastros e as velas do barco do qual o conservadorismo é o lastro. O lastro é importante - e às vezes indispensável. Mas não serviria para nada se o barco não estivesse indo para algum lugar.

Nosso barco seguirá com a força de vocês repórteres, redatores, roteiristas, escritores. Vocês sozinhos - batalha diária com a ortografia, a sintaxe, a lógica - tentando explicar o sentimento do mundo.

Seguir sem hesitar, porque quando se está subindo a colina não se pode pisar no freio. Seguir sem temer a vida. A vida é um bem maravilhoso. Ninguém pode sentar-se e deixar a vida passar. É preciso lançar-se a vida, navegar as correntes da vida. Não se pode economizá-la, nem armazená-la, nem guardá-la no escuro de uma adega para amadurecer, como se fosse um vinho. Há que provê-la, há que usá-la intensamente. E quanto mais se usar, mais vida haverá."

Por essa correção de forma e raciocínio, tão peculiar a Adherbal Fortes, é que requeremos sua transcrição nos Anais do Poder Legislativo.

Outrossim, requeremos ainda seja dada

ciência ao autor do discurso, à Direção do jornal Indústria e Comércio, ao Reitor e ao Chefe do curso de jornalismo da PUC-PR.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 014-93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a efetivar o "PROJETO TERMINAL BÓIA-FRIA", em pequenas e médias cidades do Estado do Paraná.

Art. 2° - Serão construídos abrigos nas localidades a serem designadas pelos trabalhadores, a fim de que estes possam abrigar-se enquanto esperam a condução para o trabalho.

Art. 3° - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, noventa dias após a sua aprovação.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Os trabalhadores rurais do Paraná vêm sofrendo uma marginalização, em razão da modificação da cultura agrícola de nosso Estado. Os "bóias-frias" necessitam de um abrigo quando deixam suas moradias, nas madrugadas do dia-a-dia de labuta, onde poderão aguardar as conduções que os levarão ao trabalho, podendo reunir-se em outras oportunidades, e, até receber uma refeição no início de suas jornadas de trabalho.

Desta forma estaremos contribuindo para que esta nossa gente tão sofrida possa ter um mínimo de melhoria nas suas precárias condições de vida e de trabalho.

Certos de podermos contar com o apoio dos Nobres Pares com assento nesta Colenda Casa de Leis, pelo valor social que enseja a presente proposta.

PROJETO DE LEI N° 48/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° O Art. 6° da Lei n° 8.933, de 26 de janeiro de 1989, passa a contar com um parágrafo primeiro, com a redação dada abaixo, renumerando-se o atual parágrafo único como parágrafo segundo:

"Art. 6°

§ 1° - São imunes, também, as operações de aquisição de veículos de transporte coletivo e escolar, quando feitas diretamente pelos municípios que prestem tais serviço a título gratuito.

§ 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 04.03.93.

(a) JOSÉ ARTUR RITTI

JUSTIFICATIVA:

A apresentação da matéria ora justificada prende-se inicialmente, às disposições constantes do Art. 150, VI, "a" e § 2°, da Constituição Federal, bem como da norma do Art. 9°, VI, "a" e § 2°, da Lei Federal n° 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

Ambos os dispositivos tratam do instituto da imunidade recíproca, corolário do postulado da isonomia dos entes constitucionais, que configura a estrutura federativa do Estado brasileiro e a autonomia municipal. Como bem ilustra a doutrina, tratar-se-ia de inegável paradoxo sustentar o ordenamento constitucional a igualdade de condições entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, ao mesmo tempo, permitir-lhes o exercício das competências impositivas sobre o patrimônio, a renda ou os serviços de uns com relação aos outros.

Nesse aspecto, a Constituição de 1988 não abandonou a estrutura jurídica da que lhe antecedeu, ficando bem evidenciada a impossibilidade de discriminação dos entes federados.

Esclareça-se, de entremeio, que o projeto de lei ora apresentado enquadra uma situação específica perfeitamente subsumível aos já citados parágrafos 2°, do Art. 150, da Constituição Federal e do Art. 9°, da Lei n° 5.172/66, quando concede imunidade tributária quanto ao ICMS, para o transporte coletivo e escolar prestados, a título gratuito, diretamente pelos Municípios. Ora, em se tratando de funções do Estado, entendido este como qualquer dos entes constitucionais (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e havendo a imunidade tributária estipulada pela Lei Maior, ou se a estende às situações aplicáveis, mediante lei, ou se abrirá a possibilidade de questionamento judicial da hipótese tributária ou do prescritor normativo.

É improcedente o obstáculo fundado na argumentação de que a imunidade pretendida, por se tratar de imposto cujo encargo econômico é transferido a terceiros, e.g., IPI e ICMS, beneficiaria elementos estranhos ao Poder Público. Como bem explica a doutrina, a relação jurídica se instala entre sujeito pretensor e sujeito devedor, sem a integração de terceiros beneficiados. A pessoa jurídica de direito constitucional não é possível integrar a condição de sujeito devedor de impostos, no campo das exigências tributárias, por força de impeditivo constitucional.

Como se trata de uma finalidade essencial do Município que, por força da conjuntura sócio-econômica do País, deve cumpri-la, entendemos como primordial a prestação do auxílio necessário, condicionado a que o referido cumprimento seja feito de forma imediata.

Assim sendo, e confiando no espírito público dos integrantes desta Casa de Leis, submetemos esta proposição à análise e julgamento do douto Plenário, para estudo e conseqüente aprovação, por se tratar de medida altamente meritória.

PROJETO DE LEI N° 49/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche "São Francisco de Assis de São Tomé", com sede e foro no município de São Tomé - Pr.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A Creche "São Francisco de Assis de São Tomé" atende, atualmente, mais de sessenta crianças carentes na faixa etária de zero a três anos. Funcionando em regime de "semi-internato por oito horas diárias, além de lhes prestar atendimento Médico, Psicológico e Odontológico, auxiliam as crianças com o desenvolvimento de pré-requisitos básicos para a alfabetização, bem como exercícios que visam o aprimoramento da coordenação motora.

Não somente as crianças são lá educadas, já que reuniões são realizadas com os pais para conscientizá-los de questões como a alimentação e a higiene pessoal.

Deste modo, convencidos pelo valioso trabalho de elevado cunho social que vem desenvolvendo a Creche "São Francisco de Assis de São Tomé", apresentamos esta proposição, solicitando o apoio dos nobres colegas para que a mesma seja aprovada.

PROJETO DE LEI N° 50/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada rodovia AMARCO GOMES MONTEIRO, o trecho rodoviário da PR-369 que liga a sede do município de Barbosa Ferraz, até o trevo da PR-082, no Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.03.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

Curitiba, quinta, em 04.03.93

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei objetiva prestar justa e merecida homenagem ao cidadão Amaro Gomes de Lima, nascido na cidade de Campos no estado do Rio de Janeiro, mas cidadão paranaense por opção.

Profissional do ramo farmacêutico, no ano de 1950 estabeleceu-se na cidade de Barbosa Ferraz em nosso estado, sendo o primeiro farmacêutico da cidade.

No desempenho de sua atividade comercial, não media esforços em minimizar o sofrimento da população local, lançando mão de sua capacidade e conhecimento, para salvar e trazer vidas para este mundo, pois, à época não havia nenhum médico na cidade.

Altruísta, não tinha como preocupação primeira o recebimento pecuniário.

Desenvolveu inúmeras atividades no campo social da pequena à época Barbosa Ferraz.

Para melhor subsidiar a justeza da presente medida, anexamos ao presente o curriculum-vitae do homenageado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Finda a leitura do expediente, no Pequeno Expediente tem a palavra o nobre Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Perdeu o mundo o seu grande benfeitor no dia de ontem. Milhares de crianças deixaram de sofrer graças a sua inteligência, graças a sua pesquisa.

Faleceu ontem nos Estados Unidos o Doutor Albert Bruce Sabin.

E o mundo perdeu, portanto, o seu grande benfeitor. Neste sentido estou apresentando à consideração da Mesa e dos Senhores Deputados o seguinte Requerimento de voto de pesar.

(Lê o referido requerimento):

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em 03 de março último, do Doutor Albert Bruce Sabin.

Nascido em 1906 na Cidade de Bialistok, Polônia, quando tinha 15 anos emigrou para os Estados Unidos da América do Norte onde veio se naturalizar.

Formou-se em medicina e doutorou-se em 1931 pela Universidade de Nova York. Fez pós-graduação na Inglaterra, em Londres, no "Instituto Lister" de medicina preventiva.

Foi um dos grandes mestres da medicina americana no campo das pesquisas pediátricas e lecionou no Instituto Rockefeller e

Dedicou-se inteiramente aos estudos da poliomielite e em 1956 preparou a vacina de uso oral contra a paralisia infantil.

Em 1961 visita pela primeira vez o Brasil e organiza os preparativos para a vacinação em massa contra a pólio no então Estado da Guanabara e em São Paulo.

Em 1980 Sabin é nomeado consultor para assuntos epidemiológicos do Ministério da Saúde do nosso País.

Passa-se daí a cumprir e observar, no Brasil, as determinações da Organização Mundial da Saúde (OMS) conseguindo controlar a poliomielite com a vacinação de cerca de 81,7% das crianças brasileiras. Aos ensinamentos desse sábio deve o Brasil a erradicação total da paralisia infantil em nossa Pátria.

Casado com a brasileira Heloisa Dunshée de Abranches e apesar de cidadão do Mundo o Professor Sabin publicamente confessava seu imenso amor ao Brasil.

Nossa terra lhe conferiu a maior comenda do Itamaraty que é a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco.

A par dos relevantes serviços que prestou ao País que adotou e que o respeitava, o Professor Sabin é dessas figuras que pertencem a história da humanidade pelo trabalho que desenvolveu no campo da medicina em favor de todos os povos.

O sentimento de perda que sentimos reflete, tenho certeza, a opinião da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Desejamos que isso fique registrado junto a Embaixada dos Estados Unidos da América do Norte, a quem requeiro a comunicação deste voto.

Sala das Sessões, em 04.03.93

(a) COLOMBINO GRASSANO"

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente e Senhores Deputados, Deputada Emilia Belinati; antes da nossa passagem pela Prefeitura de Ponta Grossa, o então Prefeito **Ciro Martins**, em parceria com o Governo do Estado, construiu um dos primeiros núcleos habitacionais da nossa Cidade, que é o Núcleo 31 de março. Logo a seguir, foi um outro Senhor Prefeito **Plauto Miró Guimarães**, também em parceria com o Governo do Estado, construiu o Núcleo **Luiz Gonzaga Pereira da Cunha**.

Após estes dois Prefeitos, chegamos à Prefeitura da Cidade. Uma Cidade carente de moradia, aonde o testemunho de vários representantes desta Casa, que tiveram aqui acento, reclamavam a todo instante.

Durante este período de 78 a 82, construímos perto de 8 mil e 500 casas po-

pulares. Os conjuntos, um dos melhores conjuntos do Paraná, que é o Conjunto Santa Paula. O Santa Paula I, o Santa Paula II, o Santa Paula III, que abriga perto de 4 mil casas. Construímos, ainda, o Santa Luzia, o Santa Maria, o Santa Terezinha, o Borto de Borsato Nadal, o Davi Feldmann, o Dal Kal, e chegamos, enfim, sabendo que uma administração teria que ser social e principalmente humana.

Tudo isso, construído com uma parceria com o Governo do Estado. Uma parceria na qual nós vimos que a prestação a ser oferecida ao mutuário era compatível com o salário que recebia o trabalhador da nossa Cidade, da nossa Região que ali se fixava.

De 1982 para cá, Senhor Presidente e Senhores Deputados, novos prefeitos ali passaram. E, infelizmente, a parceria com o Governo do Estado não teve consequência, digo, não teve sequência. Constitui administração recém saída, uma campanha da habitação chamada PROLAR (sic), aonde tão simplesmente esta Companhia intermediava a aquisição de terreno para que núcleos fossem implantados. Fazia com que os mutuários pretendentes àquelas casas, através de emolumentos realmente difíceis e onerosos, chegassem a comercializá-los diretamente com a Caixa Econômica, tirando a PROLAR (sic) tão somente da intermediação da aquisição de terras para núcleos serem implantados.

O valor social daquela Companhia nós não vemos. E, agora, aqui estamos, Senhores Deputados para pedir ao Governo do Estado, para pedir conjuntamente com outro Requerimento que endereçamos às autoridades maiores da Igreja Católica deste Paraná, que tem neste ano, na sua campanha da fraternidade, o lema: "Onde Moras?"

E eu digo aonde mora o trabalhador de P. Grossa: ele mora em uma casa de 24 m², de 36 m², de 40 m², que foi enganosamente vendida pelo Prefeito anterior de P. Grossa, custando a prestação este mês, hum milhão e setecentos e pouco!

E quando foi chamado, agora, para negociar com a Caixa Econômica, a sua prestação é de dois milhões e trezentos mil cruzeiros mensais.

"Onde Moras?", eu pergunto, realmente àquela condição social de uma administração que poderia ter sido, realmente, social a nossa Cidade. Mas, que infelizmente, como o Núcleo Santa Marta, que lá está, a metade habitada. Lá está o Conjunto Verona, sem uma única casa a ser ocupada. Conjunto com mais de um ano de conclusão de sua obra. Por quê? Porque neste Conjunto Verona é de uma classe mais alta, a prestação é de três milhões e quatrocentos mil cruzeiros por mês!

Qual é o trabalhador, qual é a classe

social, realmente, intermediária entre o rico e o pobre, que pode ali habitar? E lá está o "elefante branco" deixado pela administração que saiu. Eu indago a esta Casa e a estes Senhores Deputados quem é responsável - PC Farias que intermediava com a Caixa Econômica...

(É retirado o som)

O Governo Collor que teve os seus tentáculos em Ponta Grossa denunciados na campanha do ilustre Deputado, do qual com muita honra foi seu candidato a vice-Prefeito Djalma, que chegávamos e anunciávamos, lá em Ponta Grossa a presença do PC Farias, lá estava o PC Farias presente na canalização do arroio Madureira, na canalização do arroio da Onda, na canalização dos fundos de bairros e uma placa onde dizia: "Consórcio ganhadora da concorrência - SITEASA de Alagoas", repassando por Cecílio Rego Almeida de Curitiba e executado pela firma empreiteira Moro da nossa Cidade, recebendo quarenta por cento do valor total do contrato. Sessenta ficava no caminho de Ponta Grossa à Curitiba e no caminho de Curitiba à Brasília. Mas esse vai ser um outro assunto de uma outra oportunidade, pedindo a esta Presidência e a este Poder Legislativo.

O Sr. Antônio Costenaro - Me concede um aparte, Senhor Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Nobre Deputado, no Pequeno Expediente não há apartes. Poderá usar o horário da Liderança do PDT.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sim eu uso e concedo o aparte ao Deputado Antônio Costenaro.

O Sr. Antônio Costenaro - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, eu agradeço ao Deputado Zuk esse aparte. Na verdade eu tenho conhecimento que não seria o momento. Mas o assunto é tão interessante e falo de fatos que ocorreram na semana passada em minha região, na Região de Apucarana quando lá estava uma população no Ginásio de Esportes revoltada, com três núcleos de casas inacabadas, foi instalado uma tremenda confusão, na verdade, invadiram a Caixa Econômica durante a semana, depois do sábado foi decidido fazer um debate com a Caixa Econômica, com as Construtoras e naturalmente com o Prefeito de Apucarana. E fui convidado pelas Lideranças e essa população que sonha ainda possuir uma casa de 24 m² e no máximo de 32 metros quadrados e foi instalado lá em Apucarana uma situação bem esquisita na verdade, uma discussão que não se sabia quem tinha razão, havia sim uma agonia daquelas pessoas que sonham ter uma casa e

lá estava numa confusão, por quê? Porque a Prefeitura de Apucarana estava com a obra parada por necessidade de investir imediatamente nas construções das casas, nas ruas, nas vias e muitas casas estavam sendo levadas pela enxurrada, na verdade. E a construtora também não podia levar adiante as construções porque estava com uma dificuldade muito grande, pois estava impedida pelo acontecido, de que a enxurrada estava levando casas. E a Caixa Econômica não poderia pagar as casas que não foram entregues ainda pelas construtoras. E lá estava feita a discussão dos futuros moradores, os sonhadores de suas casas que custa na verdade um absurdo, valores impagáveis para um trabalhador que ganha um salário mínimo, dois ou três que seja, e lá tivemos durante duas horas numa discussão, instalamos e estabelecemos na verdade e eu falo isso com tranquilidade, tive a felicidade de participar e fazer uma proposta que suspendessemos as discussões durante um mês para que o Prefeito tivesse oportunidade de concluir sua mão-de-obra, seu trabalho na construção e a Caixa Econômica pudesse participar fazendo pagamento liberando as casas. Dessa forma nós vimos acontecer entendimento em Apucarana e ontem ainda recebi uma informação da Caixa Econômica de lá, que estava acontecendo aquilo que havia pedido e que já estavam liberando um pouco de dinheiro para as casas. Mas na verdade, criou uma confusão muito grande, estava iniciando uma pancadaria, mas tivemos a felicidade de intervir e fazer com que aqueles moradores, aqueles trabalhadores que sonhavam com a casa e que me haviam convidado para que eu lá fosse para apoiá-los. Eu os apoiei, mas defendi também o enfoque instalado para poder resolver.

Mas, eu quero dizer que Vossa Excelência levanta muito bem na tribuna as dificuldades pelas quais o País está mergulhado, nos problemas implantados pelas casas financiadas pela Caixa, porque o rastro fundo das pisadas do PC quando levou bilhões e bilhões dos cofres públicos do Brasil e a população está aí agonizando sem ter condições de ter a sua casa.

Eu falo isso porque, vejo no Paraná a condição de falarmos alto pois o Governo do Paraná teve a coragem de implantar um programa de casas. Nós sonhamos que esse programa tenha cada vez mais sucesso porque só dessa forma os povos do Paraná poderão ter uma casa para poder viver com a sua família. Era isso.

SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradeço Deputado Costenaro e queria alertar os Senhores Deputados porque vamos nos encontrar numa encruzilhada difícil no dia de amanhã, não só para os trabalhadores, mas para todos

nós que representamos a classe média brasileira.

Tem alguns senhores deputados que hoje estiveram na Caixa negociando com o oferecimento desta, aquele parcelamento atribuído a dívidas já vencidas. E a Caixa está também chamando os mutuários, dentro das possibilidades de cada um, para tentar um acerto. Mas, o trabalhador não tem acerto. Ele não ganha o suficiente para pagar a prestação da casa. O custo do m2 e aqui com diversos senhores engenheiros assentados com mandatos de deputados, o custo do m2 é o mesmo custo de um apartamento de fino acabamento.

Nós fizemos esse comparativo em épocas passadas e hoje medindo os 24, 36 ou 40m2 pelo valor da prestação e o número delas vocês haverão de testemunhar que realmente é difícil de achar a solução.

Mas hoje Senhores Deputados, nós estamos com o propósito de auxiliar o novo prefeito que recebeu a herança e vai ter que achar uma solução. Os mutuários estão nos procurando em nossa residência, estão procurando a prefeitura e, realmente querem achar um ponto de apoio. E o ponto de apoio está aí colocado na mesa aonde eu envolvo a autoridade maior da minha cidade, autoridade religiosa, que é o Bispo Dom Murilo com a campanha da fraternidade "Onde moras?". Aqui em Curitiba, em termos de Paraná Dom Pedro Fedalto, em termos de Brasil vamos nos aliar aos nossos representantes os deputados federais para acharmos uma solução para aquilo que foi construído e mais pelo que vai ser construído pela frente. Estou encaminhando um requerimento à Mesa pedindo parceria com o Governo do Estado porque como disse o nobre Deputado Costenaro, o Requião, apesar de não pertencer ao meu partido ele tem demonstrado através daquilo que ele faz realmente a identificação da nossa administração lá de 1978 a 1982 aonde construímos 8 mil e poucas casas com a prestação que não passava de 20% do salário mínimo.

E lá estão as famílias. Nenhuma foi obrigada a sair das suas casas por falta de dinheiro para pagar sua prestação. E lá estão todos àqueles com o testemunho dos seus descendentes daquilo que nós estamos afirmando.

Por isso Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao encerrar digo que voltaremos ao assunto, Cibesa, Cecílio Rego Almeida e Moro, numa outra oportunidade eu desejo a aprovação destes dois requerimentos para juntos conseguirmos chegar a solução daquilo que é devido ao meio social em que nós vivemos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao

Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Esta Casa aprovou ontem, em 1.^a Discussão o Projeto de Lei 29/93 de autoria do Poder Executivo, que encaminhou para cá a Mensagem 004/93, que dispõe sobre a alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços nas operações internas com óleo diesel, que fixa em 12%. Ou seja este Projeto de Lei reduz de 17 para 12% a alíquota nas operações do óleo diesel.

Este Projeto mostra a esta Casa, mostra ao Paraná a grande sensibilidade política e administrativa do Governador Roberto Requião, que soube, em momento oportuno, compreender e atender aos anseios e as reivindicações das classes transportadoras deste Paraná.

Este Projeto de Lei que certamente aprovado nesta Casa hoje, em 2.^a Discussão, em muito vai beneficiar os transportadores de carga e também as atividades dos postos de combustível, neste Paraná, que vão recuperar uma posição que tinham antes quando a situação da cobrança do ICMS sobre o óleo diesel era igual também nos Estados vizinhos. Quando São Paulo e Santa Catarina reduziram as suas alíquotas nas operações com o óleo diesel, o Paraná estava sendo prejudicado porque caminhoneiros passavam direto pelo Paraná sem aqui abastecerem os seus caminhões. E os tanques dos caminhões de óleo diesel são bastante grandes, consomem uma grande quantidade! Os caminhões chegavam na fronteira de São Paulo abasteciam, atravessavam o Paraná e só iam abastecer em Santa Catarina, e ficávamos nós aqui sem uma efetiva comercialização desse nosso produto.

Sensível a isso o Governador Roberto Requião encaminhou a esta Casa, portanto, a Mensagem 004/93. Senhores com a aprovação deste Projeto de hoje nós vamos ter a possibilidade de evitar que se compre óleo diesel em outros Estados e tragam para o Paraná, nós vamos ter a possibilidade de comprá-los todos aqui.

Vamos a leitura da Mensagem Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE... (Lê).

*MENSAGEM N° 004/93

Curitiba, 25 de fevereiro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que a alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços nas operações internas com óleo diesel é fixada em doze por cento

O Plano de Lei ora proposto consulta aos superiores interesses da Administração, sendo conveniente e oportuno, pelos motivos contidos na adiante transcrita justificativa que me foi apresentada pelo Secretário de Estado da Fazenda:

"O presente anteprojeto de lei justifica-se, entre outros, por dois motivos básicos, quais sejam:

1 - Estados vizinhos já reduziram o imposto nas operações internas com óleo diesel, criando com isto desigualdade tributária, provocando o desequilíbrio comercial em prejuízo dos estabelecimentos sediados no Paraná, inclusive com operações triangulares. Assim, enquanto em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul a alíquota do ICMS é de 12%, no Paraná vige a de 17%.

2 - A redução proposta contém ainda importante contribuição à economia nacional, em face da redução do custo do serviço de transporte, item relevante na formação do índice de inflação.

Ademais, o anteprojeto encontra-se alicerçado e dentro do espírito consagrado pelo art. 155, § 2º, inciso III, da Constituição Federal. (Princípio da seletividade.)"

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - É fixada em doze por cento (12%) a alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços nas operações internas com óleo diesel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

O SR. OSWALDO TREVISAN (**Termina de Ler**) -

É esta a justificativa que traz o Governador Roberto Requião na sua Mensagem a esta Casa. Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é mais um projeto que mostra bem a competência, a seriedade, a sensibilidade Política com que o Governador Roberto Requião conduz este Paraná. E nós esperamos que hoje em, 2ª discussão, seja ele aprovado já em definitivo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**) - Ainda dentro do Pequeno Expediente com a palavra o Nobre Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, profundamente entristecidos com o que aconteceu no dia de ontem, onde quatro policiais num só dia

Curitiba, quinta, em 04.03.93

foram eliminados. A gloriosa corporação da Polícia Militar em apenas um dia teve a baixa de quatro dos seus integrantes, três no conflito já de conhecimento de todos que ocorreu lá no Município de Campo Bonito no entrevero que ocorreu com os possíveis sem-terras, que nós até ficamos a imaginar que tipo de sem-terra que está a invadir áreas no interior do Paraná, que ao invés de usarem ferramentas, estão usando armas, fica a dúvida se eram pessoas realmente trabalhadoras ou não. Três policiais mortos neste conflito, um outro policial morto quando fazia um bico para poder dar sobrevivência à sua família. As indagações que se fazem neste momento é de que eu acho que a consciência do Senhor Governador deve estar a de cobrar agora os sentimentos dessas quatro viúvas e dos filhos desses policiais; porque Sua Excelência, o Governador, todos sabem, foi um dos incentivadores das invasões de áreas, e os exemplos estão aqui em Curitiba, aí estão os fatos ocorrendo agora no interior do Estado como se fosse na espécie de um tiro saindo pela culatra, enquanto Sua Excelência dava cobertura a cabos eleitorais do seu Partido a vereadores que não conseguiram se reeleger, porque os amigos de Sua Excelência, o Governador, estavam aqui incentivando invasões em Curitiba. E o Senhor Governador em momento algum respeitou as decisões judiciais da reintegração de posse, de colocar a polícia para o despejo. E agora as coisas começam a acontecer no interior do Estado do Paraná. E agora Senhor Governador a pergunta que se faz, agora lá o senhor vai colocar a Polícia para atirar contra os pseudo sem-terras? Como é que vai agir a Sua Excelência? Eu começo a indagar porque ainda não temos detalhes mais completos do que realmente aconteceu lá em Campo Bonito.

Mas desde quando se usa PM-2 para fazer trabalho de investigação que não seja dentro da própria corporação da Polícia Militar? O que é que foram fazer esses três policiais paisanas, acompanhados, o que é mais importante esclarecer, acompanhados de um fazendeiro, talvez proprietário da área, ou sócio daquela área? Será que o Comando da Polícia Militar, o Comandante do Batalhão, sabia que estes três policiais estavam lá fazendo algum tipo de serviço? Ou será que estes três policiais, até para sobrevivência deles, de suas famílias, não estavam contratados por este fazendeiro para lhe dar cobertura na hora que ele fosse na sua propriedade?

São indagações que se fazem, porque ninguém tem ainda uma afirmação mais concreta da situação.

O que realmente aconteceu? Desde o que eu entendo, o PM-2 é para fazer trabalho de investigação interna junto a Corpora-

ção, por desvio de conduta de outros policiais, para fazer este tipo de investigação. Não para se colocar lá à frente do policial armado, do policial com seu uniforme, para situar uma situação difícil e ser covardemente assassinado.

Além da culpa daqueles que covardemente mataram três policiais, há que se responsabilizar sim o Governo do Estado do Paraná. Há que se responsabilizar o Senhor Governador do Estado que, direta ou indiretamente, tem sido o incentivador de invasões. Não tem respeitado a Justiça e a razão está aí, um pedido de "impeachment" a S.Exa. nesta Casa.

Para concluir, vejam os Senhores Deputados, como vão sofrer quatro viúvas, porque a morte do quarto policial ontem, o Cabo da Polícia Militar, a exemplo de tantos outros que fora do trabalho normal, para sobreviver, tem expediente como porteiro de boate, segurança de bailão e outras coisas mais, o Cabo Quintiliano mais de trinta anos na Polícia Militar, estava fazendo serviço de puxador de automóvel para uma revendedora de Curitiba, servindo de motorista nas horas vagas, trabalhando vinte e quatro horas, não dormindo, não descansando, pegando a estrada para puxar carro para Curitiba, acidentou-se, morreu ontem de madrugada na BR-116, deixando viúva e filhos. Qual será a pensão destas viúvas? Qual será o futuro dos filhos destes policiais?

Este, lamentavelmente, é o retrato do nosso policial.

Por isto neste momento venho aqui falar em nome desta Corporação, porque aqui tenho defendido a mesma em todos os sentidos. Sinto-me na obrigação de, como Parlamentar ligado à área da Segurança, vir aqui lamentar profundamente este acontecimento, a morte de quatro policiais, companheiros nossos, companheiros que estavam trabalhando pela segurança e que, lamentavelmente, pagaram caro com suas vidas, com um salário miserável que recebem. Quer queiram, quer não, lamentavelmente, S.Exa. o Governador direta ou indiretamente, tem culpa no ocorrido. Mais culpados, evidentemente, são aqueles que mataram os policiais. Mas é preciso saber com ordem de quem e se foram realmente autorizados a ir numa área de conflito, desarmados. Por que o delegado de Polícia foi horas antes, conversou com os invasores e não aconteceu nada? Teve um diálogo tranqüilo e sem nenhuma confusão. O jornal diz aqui que o diálogo com os três policiais e o fazendeiro foi bastante complicado, bastante tumultuado. Alguma coisa aconteceu e cabe a responsabilidade a quem deve agora responder pela morte dos policiais porque três viúvas e crianças vão ficar passando

miséria pelo resto da vida.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - (Lê) Sr. Presidente e Srs. Deputados.

"Instrumento de realização do bem comum, as instituições republicanas dever estar, a todo o tempo, preparadas para responder publicamente por quaisquer dos seus atos. Consiste - neste dever de estar em permanente estado de responsabilidade face à cidadania - um dos traços que marcam a incomparável superioridade do regime republicano sobre a monarquia.

Nesta, as instituições respondem perante o rei, e se o rei dorme, ou se o rei cochila, ou se o rei não quer saber, então perde-se o caminho da grandeza da pátria, com o desencaminhamento dos negócios públicos. Não é assim na República. Nela, cada cidadão é um credor das respostas do Estado. A mais leviana das acusações tem que ser respondida com a mesma presteza, a mesma atitude de imperturbável objetividade, por parte do agente público.

Na República, pode ser que durmam alguns cidadãos, pode ser que cochilem, pode ser até que muitos nem queiram saber. Mas jamais será possível que todos, ao mesmo tempo, não queiram saber, ou durmam ou cochilem. Sempre haverá, na República, um olho atento ao erro, uma voz divergente, capaz da expressão de crítica ao abuso de poder, ao desvio de finalidade".

Em 15 de janeiro último processei pedido de informações à Companhia de Energia Elétrica do Estado do Paraná, COPEL, e prontamente atendido pelo Presidente da Companhia, recebi um conjunto de documentos que procura traduzir para o Parlamento, já que também submetido às Bancadas integrantes desta Casa, as questões relativas a Caxias.

Ao contrário do que disse o ilustre jornalista deste Estado na questão de Caxias, quero aqui provar: a COPEL foi "caxias".

O nosso Pedido de informações consistia em duas questões fundamentais: a primeira dizia respeito a uma reportagem-denúncia, publicada no jornal GAZETA DO POVO, à página 40, de 15 de janeiro, sob o título: "COPEL agora acusada de superfaturamento". E nós requeríamos informações relativamente à questão de Caxias. Como também nós requeríamos da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Paraná, COPEL, o especial obséquio de informar sobre as pesquisas de projetos em andamento no âmbito da COPEL relativamente ao esforço

de diminuição de escala de centrais elétricas no Paraná, também ao cumprimento da diretriz consignada no Artigo 163 da Carta Estadual. A propósito requeríamos dados sobre o programa para multiplicação de microcentrais hidráulicas no Estado, no estado da arte, acesso da tecnologia particular dos interessados e perspectivas de realização a curto e a médio prazo.

Prontamente, em 05 de fevereiro de 93, a COPEL, através da sua Presidência nos dirigiu documento que passo a fazer a leitura que expressa com clareza, passo a passo, os procedimentos adotados pela COPEL para licitação dos projetos técnicos de engenharia e para elaboração do relatório do impacto ambiental decorrente da execução daquela obra.

Diz a Presidência da COPEL:

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
SGD-C/0085/93
Curitiba, 05 fev. 1993.

Exmo. Sr.

Dep. Luiz Henrique Bona Turra
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Cívico
80.530-911 - Curitiba - PR

Senhor Deputado:

Em atenção à solicitação recebida de Vossa Excelência, temos a satisfação de trazer a seu conhecimento as informações cabíveis a respeito de notícias que vêm sendo veiculadas na imprensa, sobre impugnação, por via de uma inconsistente ação popular, do resultado da licitação promovida pela COPEL em 1992, para execução do projeto de engenharia e dos estudos de impacto ambiental da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias.

Essas notícias - a exemplo da publicação referida por Vossa Excelência, que constou da edição de 15 de janeiro último do Jornal Gazeta do Povo - afirmam que a medida judicial em questão se volve contra um suposto "superfaturamento" a que estaria sujeita a COPEL, em decorrência do contrato que assinou em 30.10.92, com o Consórcio INTERTECHNE-LEME-ENGEVIX-ESTEIO, vencedor da licitação. Acrescentam, igualmente, que a pendência envolve uma polêmica originada com pronunciamento do Deputado Ademar Luiz Traiano, feito na Assembléia Legislativa em março do ano passado (anexo I) e de pronto respondido pelo Deputado José Tavares da Silva Neto, também em sessão da Assembléia (anexo II), abordando questões de meio ambiente, aspectos econômicos e diretrizes constitucionais que a COPEL teria supostamente desconsiderado, ao iniciar as tratativas para a contratação dos serviços.

Referem, ainda, outra abordagem do as-

sunto, que foi a aprovação, em sessão plenária dessa Casa, também em março de 1992, de pedido de informações (anexo III) ao Senhor Governador do Estado, igualmente de iniciativa do Deputado Traiano, o qual foi devidamente atendido mediante o envio, pela Casa Civil da Governadoria, do expediente da COPEL SGDC/0450/92 (anexo IV).

A verdade, Senhor Deputado, é que nenhuma das alegações objeto desses questionamentos tem a menor procedência, conforme demonstraremos a seguir:

1. O aproveitamento de Salto Caxias é objeto de concessão outorgada à COPEL pelo Decreto Federal nº 84.680, de 02.03.80, e a entrada em operação de sua primeira unidade geradora está prevista nos instrumentos de planejamento do setor para setembro de 1998, sendo imperioso que não haja atrasos no início do projeto. Alguns adiantamentos já ocorridos por determinação do Grupo Coordenador do Planejamento do Sistema Elétrico - GCPS (coordenado pela ELETROBRÁS) levaram esta Companhia a postergar os investimentos necessários, até que tivesse segurança quanto aos prazos envolvidos.

Para a COPEL, em termos empresariais, e para o Estado, o empreendimento é da maior relevância, pois ao mesmo tempo em que consolidará esta concessionária como empresa verticalmente integrada em suas funções de geração, transmissão e distribuição, contribuirá de forma decisiva para manter o Paraná auto-suficiente no atendimento à demanda de energia elétrica.

2. Atenta à necessidade de cumprimento do cronograma que se impõe, a COPEL instaurou, em março de 1992, a concorrência C-01, com vistas à contratação da execução de serviços relativos, basicamente, aos itens do aproveitamento, que são listados a seguir:

- Parecer Técnico sobre os Estudos Existentes;
- Projeto Básico;
- Estudos de Impacto Ambiental;
- Projeto Executivo;
- Elaboração de Planos e Programas Ambientais;
- Desenhos "Como Construído";
- Relatórios Finais de Engenharia e de Meio Ambiente;
- Memória Técnica.

Vale acentuar, neste passo, Senhor Deputado, que o próprio lançamento da concorrência, efetuado sob a orientação e o acompanhamento rigorosos do Governador Roberto Requião, põe em manifesto relevo a boa fé, lisura e transparência inatacáveis do Governo do Estado e da COPEL, até mesmo porque, como sabe Vossa Excelência, a legislação vigente - Decreto Lei nº 2.300/86, artigos 12, item I; e 23, item

II; e Regulamento aprovado pelo Decreto Estadual n° 700/91, artigos 15, item I; e 30, item II - admite configurar-se como inexigível a licitação, para contratação de serviços de tal natureza e com tal singularidade.

3. Por ser a que melhor se adaptava ao objeto do procedimento, adotou-se na licitação, dentre as modalidades previstas naqueles estatutos legais a de técnica e preço, cujo ritual de efetivação divide-se em três etapas básicas:

- 1) habilitação (mediante pré-qualificação, no caso) dos proponentes;
- 2) julgamento das propostas técnicas;
- 3) julgamento das propostas contendo os preços.

Na primeira etapa - habilitação - são selecionados, com base em suas peculiaridades, os que irão apresentar propostas, eliminando-se aqueles que seguramente não terão condições para executar o contrato que constitui objeto da licitação. Nessa fase, é analisada a regularidade de situação e capacidade do proponente, independentemente do que ele, em sua proposta, se comprometerá a executar.

Assim, a capacidade técnica avaliada na fase de habilitação não se confunde com a proposta técnica, que a esse passo ainda não é conhecida (e nem pode sê-la antes de finda essa fase).

4. Da fase inicial de pré-qualificação participaram 19 empresas (18 delas agrupadas em 6 consórcios, e uma individualmente), representando, por certo, a melhor amostra possível da consultoria nacional sobre o assunto.

Nessa etapa, todas as pretendentes foram julgadas habilitadas.

5. A segunda fase da licitação compreendeu a apresentação de propostas técnicas e de preço.

Exigia o edital que a proposta técnica fosse composta de sete seções, a saber:

- 1) Atestado de visita ao local da Usina;
- 2) Organograma do projeto;
- 3) Lista de quantidades de homens-horas;
- 4) Histograma de utilização de homens-horas;
- 5) Cronograma físico;
- 6) Plano de execução dos serviços; e
- 7) Recursos de informática.

Para análise e julgamento das propostas técnicas, o edital também prescrevia que seriam desclassificadas as propostas que:

- a) não incluíssem o atestado de visita ao local da usina;
- b) representassem quantidades de ho-

mens-horas consideradas inexeqüíveis;

c) apresentassem os cronogramas físicos em desacordo com os marcos contratuais definidos pela COPEL.

Determinava, outrossim, que os proponentes que tivessem suas propostas técnicas consideradas inaceitáveis seriam convidados, por escrito, a retirar, ainda lacrados, os invólucros com as respectivas propostas de preços.

Esse procedimento, como se sabe, guarda consonância com o que determina o art. 6° do Decreto Federal n° 30, de 07.02.91, que regulamenta o Decreto-Lei n° 2.300/86, a saber:

Art. 6° - Nas licitações de técnica e preço, são julgadas preliminarmente as propostas técnicas, pré-classificando-se as que atendam aos requisitos técnicos necessários à execução do objeto licitado, dentre as quais será vencedora aquela que houver cotado o menor preço. (Grifos acrescentados).

6. Após criteriosa análise das propostas técnicas, a comissão de julgamento designada pela Diretoria da COPEL deliberou considerar inaceitáveis as apresentadas pelos seguintes participantes:

- CONSÓRCIO MDK-EMC-PROENSI; e
- HIDROSERVICE ENGENHARIA LTDA.

7. A desclassificação da proposta do Consórcio MDK-EMC-PROENSI deu-se com base no item AJ-2.1.1.b do Edital - Parte II, pelas seguintes razões:

- Apresentou a lista de quantidades de homens-horas com quantidades consideradas inexeqüíveis, tanto com base na experiência da COPEL (inclusive com esse proponente, no desenvolvimento de projetos similares anteriores), quanto com base na experiência das demais participantes, traduzida pelas quantidades apresentadas em suas propostas.

- Concentrou a utilização de homens-horas nas duas primeiras fases do projeto, em prejuízo das demais, ficando evidente que, nos dois anos e meio iniciais, em que é elaborado o parecer técnico sobre os estudos existentes e desenvolvido o projeto básico (fases I e II), o CONSÓRCIO MDK-EMC-PROENSI já teria utilizado 50% do total de homens-horas previsto para todo o projeto, restando os outros 50% para o desenvolvimento, ao longo de cinco anos, do Projeto Executivo, Relatórios Finais, Desenhos "Como Construído" e Memórias Técnicas (fases III e IV).

A Comissão considerou que nem o quadro recessivo vigente no País - que tende a assegurar maior competitividade às licitações - nem os possíveis ganhos de eficácia com utilização de recursos de informática justificariam o número reduzido de homens-

-horas apresentado, em particular no que se refere à fase II - Projeto Executivo.

Para se ter idéia da gravidade da distorção contida nessa proposta, basta acen-
tuar que o Consórcio apresentou, para o seu trabalho, estimativa correspondente a 359.565 homens-horas, enquanto a média de todas as demais propostas foi de 668.733 homens-horas, o que significa um desvio percentual de 46%. Ora, o mesmo Consórcio está concluindo o projeto de Segredo com o dispêndio global de 1.000.000 de homens-horas. Pergunta-se, então: como é possível que agora se proponha a realizar, para o projeto de Caxias, serviços semelhantes - quantitativa e qualitativamente - com apenas 36% dos recursos efetivamente despendidos no projeto de Segredo?

8. Já a desclassificação da proposta da HIDROSERVICE ENGENHARIA LTDA. deu-se com base nos itens AJ-2.1.1.b e AJ-2.1.1.c do Edital - Parte II, pelas seguintes razões:

- Apresentou distribuição de profissionais de nível superior com quantidades de homens-horas consideradas inexeqüíveis.
- Apresentou distribuição de profissionais de nível superior incompatível com as necessidades do projeto, pois concentrou atribuições de alto nível em profissionais encarregados de prestar apoio técnico às diversas equipes de trabalho.
- Apresentou o cronograma físico (Seção PT-5 da parte 5 dos Documentos de Contrato) em desacordo com os marcos contratuais definidos na cláusula XII da Parte I dos Documentos de Contrato. Os marcos contratuais não respeitados foram:
 - MC10 - Conclusão e Entrega dos Desenhos "Como Construído"; e
 - MC11 - Conclusão e Entrega de Memória Técnica.

9. Os seguintes consórcios tiveram suas propostas técnicas julgadas aceitáveis e foram convidados, por escrito, a participar da sessão de abertura das propostas de preços:

- ENGE-RIO - AGRÁRIA - Kael;
- IESA - GEOTÉCNICA - RDR;
- INTERTECHNE - LEME - ENGEVIX - ESTEIO;
- PROMON - ENERCONSULT - GEA e
- SONDOTÉCNICA - ENGEMIN.

10. Após a divulgação do resultado do julgamento das propostas técnicas, foram observados os prazos legais para impetração de recursos administrativos.

Tanto o Consórcio MDK-EMC -PROENSI como a HIDROSERVICE ENGENHARIA LTDA, apresentaram recursos à COPEL, que os analisou e mediante extensa, pormenorizada e irresponsável fundamentação técnica - negou-

-lhes provimento.

A MDK, após receber a resposta a seu recurso, enviou correspondência à COPEL, manifestando sua concordância com o julgamento final.

As propostas de preços de ambos os desclassificados lhes foram devolvidas, lacradas, intactas, como determinava o instrumento convocatório.

11. Para análise e julgamento das propostas de preços, o edital previa que seriam passíveis de desclassificação as propostas que incidissem em qualquer das seguintes irregularidades:

- a) fizessem parte de conluio;
- b) apresentassem preços considerados inexeqüíveis; ou
- c) tivessem preço global superior a Cr\$ 72.000.000.000,00 (setenta e dois bilhões de cruzeiros), referido a abril de 1992.

12. As propostas de preços dos consórcios que tiveram suas propostas técnicas consideradas aceitáveis foram abertas em sessão pública iniciada às 15 horas do dia 11 de setembro de 1992, no 10º andar do edifício-sede da COPEL, na Rua Coronel Dulcídio nº 800, em Curitiba. Todos os consórcios participantes enviaram representantes credenciados.

13. Os valores totais das propostas, referidos a abril de 1992, apresentados pelos licitantes após as devidas compatibilizações previstas no edital, foram:

Classif.	Consórcio	Valor pago no final da proposta (Cr\$)
1º	INTERTECHNE-LEME-ENGEVIX-ESTEIO	31.432.566.347,30
2º	PROMON-ENERCONSULT-GEA	35.581.051.000,00
3º	SONDOTÉCNICA-ENGEMIN	41.283.971.337,00
4º	IESA-GEOTÉCNICA-RDR	42.480.788.076,00
5º	ENGE-RIO-A-GRÁRIA-KAEL	47.883.196.044,59

14. Tendo em vista o que dispunha o Edital, a comissão de julgamento recomendou à Diretoria da COPEL a celebração do contrato com o Consórcio INTERTECHNE LEME - ENGEVIX - ESTEIO, que apresentou proposta técnica considerada aceitável e proposta comercial de menor preço, sendo este 43,65% (quarenta e três vírgula sessenta e cinco por cento) do preço máximo admissível definido no Edital.

15. O processo licitatório foi concluído em 30.10.92, com a assinatura do contrato para a execução do projeto com o consórcio formado pelas empresas Intertechne Consultores Associados S/C Ltda., Leme Engenharia Ltda., Engevix Engenharia S.A. e Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S.A.

16. Em 12.11.92, a cidadã Maria Denise Martins (que também se nomina Denise Martins) ajuizou, perante a Justiça Estadual em Curitiba (3.^a Vara da Fazenda Pública), uma risível "ação de medida cautelar inominada" anunciada como preparatória de posterior ação popular, pleiteando a urgente busca e apreensão da proposta de preços do Consórcio MDK - EMC - PROENSI, ao argumento de que "está lacrada em poder da COPEL ou do Consórcio, e terá que ser aberta em juízo", a fim de ser cotejada com a proposta vencedora. E não obstante afirmar, assim, o estado ainda indevidado da proposta, surpreendente declinou desde logo o seu pretensão valor, até o nível dos centavos: Cr\$ 22.301.399.952,85!

Acrescentou, que, por essa tortuosa via, tencionava construir prova pretensamente hábil a embasar posterior ação popular, no sentido de que a COPEL selecionara, para a contratação, proposta mais onerosa, sujeitando-se, conseqüentemente, a um "superfaturamento".

Em decorrência da medida, o documento que se afirma ser a proposta de preços do Consórcio MDK - EMC - PROENSI foi apreendido na cidade de São Paulo, nas mãos de um advogado, porém já com o seu lacre violado (vale dizer, não mais intacto, como a COPEL o devolvera ao proponente).

Não há, portanto, nenhuma evidência de que o documento apreendido seja, efetivamente, a proposta apresentada na licitação, configurando-se, assim, sua absoluta imprestabilidade como prova, mesmo que prova fosse a efetiva exibição de uma proposta recusada por inexequível!

Não bastasse a "tábula rasa" que os interesses inspirados da medida fazem de razões técnicas da mais alta complexidade, envolvidas na questão, tanto mais pueril é a alegação de "superfaturamento" quanto se sabe que rechaçada uma proposta por ser tecnicamente inaceitável o preço passa a ser irrelevante! Para o interesse público, é despidianda a proposição que, sendo apenas mais barata, se revela tecnicamente incapaz de conduzir ao objetivo colimado.

17. Não menos improcedentes são as alegações extraídas dos questionamentos apresentados pelo Deputado Ademar Luiz Traiano seja quanto à economicidade da obra, seja quanto a alternativas supostamente preferíveis sob o ponto-de-vista

ecológico, seja, finalmente, quanto à imaginária inobservância de disposições constitucionais, no trato do assunto pelo Governo do Estado e pela COPEL.

Vale destacar, aliás, que a retomada, agora, daqueles inconsistentes argumentos na medida judicial proposta e nas notícias veiculadas pela imprensa, desconsidera maliciosamente esclarecimentos e informações técnicas da mais alta relevância, já prestados por esta Companhia ao Poder Legislativo.

É oportuno, por isso, reiterar sucintamente os aspectos seguintes já abordados naquela oportunidade, como se vê dos anexos II e IV:

a) Inexistem alternativas de menor custo para substituir a opção adotada para implantação do empreendimento. Muito pelo contrário, estudos já disponíveis evidenciam que a alternativa eleita representa economia superior a 20% mais de US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares) em relação à de subdivisão da queda.

Ademais, supor a existência de opções menos onerosas revela desconhecimento das diretrizes básicas que norteiam os instrumentos de planejamento do setor, uma das quais é exatamente a de que as usinas de menor custo são construídas antes.

Dai já se haver esclarecido que a de Salto Caxias, por ser a mais barata entre as 35 programadas para esta década, será a próxima a ser construída.

b) Não é verdade que hajam sido desconsiderados aspectos ecológicos importantes na alternativa adotada para realização da obra.

A experiência e tradição nacionalmente reconhecidas que tem a COPEL em matéria de preservação ambiental, desautorizam ilações como essa, em especial quando já se demonstrou que o aproveitamento de Segredo, que recentemente concluímos, foi objeto do primeiro Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de obra de geração, no setor de energia elétrica do País.

Além disso, o simples fato de que a licitação recém-encerrada e o contrato firmado incluem os estudos de impacto ambiental em seu objeto, para serem executados concomitantemente com a elaboração do projeto básico de engenharia, é evidência inequívoca do zelo e preocupação com oportunidade, que orientam o planejamento da obra, quanto a esses aspectos.

c) Nenhum fundamento, também, têm as alegações de inobservância pela COPEL das disposições constitucionais a que aludira o Deputado Traiano e que agora vêm sendo despropositadamente reiteradas, a saber:

- Do art. 225, parágrafo 1º, item IV, da Carta Federal (que exige estudo prévio de impacto ambiental para instalação de obra potencialmente causadora de degrada-

ção do meio ambiente). Esse estudo prévio, como foi referido, é exatamente o que já está sendo feito, antes de iniciada a elaboração do próprio projeto executivo da obra.

- Do art. 162 da Constituição Estadual (que impõe o acompanhamento, por comissão nomeada pela Assembléia Legislativa, de negociações entre a União e o Estado e entre este e outras unidades da Federação, sobre aproveitamento energético de recursos hídricos). Nenhuma negociação do gênero está em curso, ou por ser iniciada, pois a concessão relativa a Salto Caxias já foi outorgada à COPEL, pela União, há quase 13 anos, como antes referido.

- Do art. 163 da Carta do Estado (que determina seja fomentada a implantação, no território estadual, de usinas hidrelétricas de pequeno porte, para atendimento ao consumo local). Note-se que o dispositivo, ao contrário do que falsamente se vem afirmando, não exclui esforços de implantação de aproveitamentos de médio porte, de interesse supralocal, como a Usina de Salto Caxias, que complementará o suprimento aos requisitos de energia das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País.

Ademais, o Governo do Estado, através da COPEL, dispõe de programa específico de estímulo e apoio à construção de pequenas usinas.

- Do art. 209 da Constituição Estadual (que exige aprovação da assembléia Legislativa ao projeto técnico de impacto ambiental). Os estudos ora em elaboração serão, evidentemente, não só submetidos à aprovação dessa Casa e dos órgãos ambientais, como ampla e democraticamente discutidos com as comunidades envolvidas, tal como ocorreu no caso da Usina de Segredo.

Esses são, Senhor Deputado, os esclarecimentos que nos ocorre prestar-lhe sobre o assunto.

Ao tempo em que louvamos e agradecemos a oportuna iniciativa de Vossa Excelência, dispondo-se à obtenção dessas informações com vistas a instruir eventuais debates nessa Casa, apraz-nos comunicar-lhe que, brevemente, faremos chegar a suas mãos os demais dados sobre pesquisas e projetos em andamento na COPEL, solicitados em sua prestigiosa correspondência de início referida. Atenciosamente,

(a) FRANCISCO LUIZ SIBUT GOMIDE
Diretor Presidente

Anexos: I a IV

(Termina de ler)

Nesta fase, vencida a fase de habilitação, se analisava o conteúdo das propostas técnicas, separadas da fase última que seria a análise das propostas.

Curitiba, quinta, em 04.03.93

financeiras. E é aí, e é contra esta fase que se insurge a ação popular, bem como as duas empresas que foram desclassificadas por considerar a Comissão de Licitação, presidida pelo Engenheiro Tourinho, propostas inexecutáveis, portanto, incapazes de dar entendimento aos interesses da Companhia de Energia Elétrica no Estado do Paraná.

Numa sequência exaustiva a COPEL demonstra ponto por ponto a inidoneidade da iniciativa popular intentada por dois advogados, um dos quais tem contra si representação na Ordem dos Advogados do Brasil, Celso Marcelo de Oliveira, onde se apura a contravenção prevista no artigo 47 de Contravenções Penais por exercício ilegal da profissão.

E coincidentemente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esse advogado é um advogado atuante junto aos agentes da contravenção penal que vem sendo objeto de uma ação decidida do Governo do Estado. É o advogado dos bicheiros, contrariados por medidas do Governo e que em ação popular procura levantar suspeição sobre licitação promovida pela Companhia de Energia Elétrica.

Também por trás dessa iniciativa e de toda a teia de suspensão que se procurou construir, relativamente ao procedimento instaurado pela Companhia de Energia Elétrica, encontra-se aqui - e digo com todas as letras - a representação e os interesses contrariados da C.R. Almeida, que tendo sido derrotada em nível administrativo por ter exorbitado na construção da Usina de Caxias, vê e procura em todas as instâncias criar dificuldades para alcançar não só a COPEL, mas como pessoalmente a liderança proba, do ponto de vista técnico e também do ponto de vista ético do seu Presidente, Doutor Francisco Luiz Gomide.

É preciso que tenhamos em conta os interesses que se movem neste jogo. COPEL foi Caxias na instauração e decisão que deu da lavra do Engenheiro Tourinho para esta licitação.

Quero esclarecer ao Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a principal questão relativa a esta licitação e que deu num julgamento de inexequibilidade pela Comissão de Licitação das propostas desclassificadas na fase de apreciação das propostas técnicas, consistiu em que a média das horas/homens, apresentadas pelas seis empresas classificadas, era uma média de 650 mil homens/horas necessário para a realização dos projetos, incluindo aí o aspecto relacionado a análise do impacto ambiental.

A média, portanto, de 650 mil homens/hora, tinha um contraponto numa das empresas desclassificadas de 350 mil

homens/hora. Entendia essa empresa desclassificada, que poderia realizar o objeto licitado em 350 mil homens/hora, quando tendo sido realizado os projetos de Segredo, que são similares àqueles que se exige para Caxias, utilizou 1 milhão de homens/hora e na licitação em tela, o que se procurou levantar a questão pretendia fazer o mesmo projeto que fez para Segredo, com 1 milhão de homens/hora em uso, por 350 mil homens/hora.

Entendeu a Companhia e com idoneidade o Doutor Tourinho, Presidente da Comissão de Julgamento da Licitação, que não era possível que uma empresa que tivesse realizado serviços desta envergadura, com 1 milhão de homens/hora, se propusesse, em seguida, realizá-lo com 350 mil homens/hora.

E aí passo ao Senhor Presidente e aos Senhores Deputados um outro dado: na análise política que se deve fazer sobre os procedimentos licitacionais, é preciso ter cuidado. Setores contrariados com a Presidência da COPEL e com a produção que se deu a este caso, e que se dá à política de energia no Estado, antecipam, através da imprensa, o resultado da fase seguinte, que seria a fase de julgamento das propostas financeiras. Como é possível? As cartas estavam marcadas? Poderia ser a conclusão óbvia. Se se antecipa o resultado de um julgamento de licitação, depreende-se daí: as cartas estariam marcadas. Como isso é possível? É possível na medida em que a análise do conjunto das propostas, em que o peso específico da utilização de homens/hora é a mais expressiva, a abertura das propostas financeiras só poderá ter um resultado.

É evidente que entre uma diferença de 300 mil homens/hora, a empresa que apresentou o menor número de homens/hora era, fatalmente, a vencedora daquela segunda fase.

Do mesmo modo, é possível, através de um mecanismo de combinações que está na álgebra do 2º grau, dar todas as combinações possíveis e em publicações diversas, sempre ter um resultado certo. Decidiu-se a Comissão de Julgamento da Licitação, pela desclassificação da proposta, e a própria empresa desclassificada rendeu-se aos argumentos da COPEL e da autoridade proba e competente do Engenheiro Tourinho, como disse uma das mais destacadas lideranças no campo da Engenharia no Estado do Paraná.

Mas, este documentos estão a disposição na Liderança do PMDB. Tendo sido responsável no setor de obras públicas, tendo contribuído e coordenado os trabalhos metodológicos de orçamentação de obras e de projetos que consistiu em verdadeira revolução metodológica a que se agregou deste a primeira hora a Companhia de Energia Elé-

trica do Estado do Paraná. Como Deputado, como homem público e tendo estado à frente do Departamento de Obras do Estado, durante 18 meses, assino com todas as letras e integralmente, os procedimentos que foram adotados pela Companhia de Energia Elétrica.

Vale-se a palavra, vale-se a idoneidade e se vale a correção - quero que isso aqui, em Plenário e nos Anais dessa Casa seja consignado - o nosso apoio e a nossa solidariedade à Liderança e ao modo correto como se conduziu a COPEL em todo o episódio.

Há também - e vou deixar à disposição da Liderança do PMDB, como resposta à segunda parte de nossas informações - um documento que procura traduzir os esforços no sentido do cumprimento do artigo 163 da Constituição do Estado, para reduzir a escala das hidrelétricas, para que as hidrelétricas cada vez menos gerem danos ambientais e que signifique melhora da qualidade de vida da população e incremento do desenvolvimento, ao contrário de um modelo energético dependente e extremamente predador que foi implementado no País. Essa redução de escala e um esforço de cumprimento do artigo 163, está expresso também em documento próprio que responde à segunda parte da nossa observação.

Há um contraponto, Senhor Presidente, para concluir o nosso pronunciamento. Em matéria recente da Revista "Exame" deste mês, intitulada (Lê):

"Os engenheiros de obras inacabadas Como Angra II, que o Governo agora quer terminar, há no Brasil 18 outras usinas à espera de conclusão". "Angra II não é a única obra inacabada", diz a reportagem. "No total há 7 usinas com construção paralisada e as obras de outras 2 usinas caminham pavorosamente. São 8.700 megawatts de energia, equivalente à eletricidade gerada por todas as usinas em funcionamento no Estado de São Paulo, num País em que, segundo os cálculos da ELETROBRÁS, a estatal do setor, será necessário gerar no ano 2.002, três vezes mais energia do que os atuais 53.000 megawatts; é um monumento à estupidez ter tantas usinas começadas e inacabadas. Esse monumento contudo, foi esculpido com esmero pelo Governo ao longo das últimas duas décadas. A Companhia de Energia Elétrica de São Paulo - CESP, tem 4 usinas inacabadas: Porto Primavera, Três Irmãos, Rosana e Taquaraçu.

Dessas somente Porto Primavera, com capacidade para gerar pouco mais de 1.800 megawatts de energia, precisaria de investimentos de 1 bilhão de dólares para ser concluída. Para as outras três, que no conjunto poderão gerar 1.400 megawatts (mais que Angra II), faltam apenas 300 milhões de dólares para insta-

lar as turbinas e iniciar as operações.

Mesmo assim (e vejam como isso se confronta com a situação do Paraná), a CESP já iniciou a construção de 2 outras usinas hidrelétricas, o chamado "Complexo de Canoas", que vai custar 320 milhões de dólares.

'A prática de começar uma obra antes de terminar as outras não é exclusiva da CESP, é uma prática no setor elétrico', diz um empresário que atua no setor de consultoria, de engenharia. 'As empreiteiras são uma indústria que não pode parar: quando acaba a construção de uma barragem, elas têm que começar uma outra em seguida'. Com o seu conhecido poder de convencimento, muitas vezes as empreiteiras conseguem o que querem, mas não apenas as empreiteiras. 'Os fornecedores de equipamentos também fazem o seu "lobby"', diz o consultor. Esses fatores acabam levando as companhias de energia a iniciar obras que não são prioritárias. No Rio Grande do Sul, há um exemplo lapidar desse tipo de desvario gerencial. A usina termoelétrica de Candiota III, em Bagé, foi contratada em 1981 por um preço de 361 milhões de dólares. Passado 12 anos, já foram gastos 472 milhões de dólares e as obras ainda estão na terraplanagem. Os equipamentos para Candiota III, comprados na França sem licitação internacional, estão até hoje armazenados junto a um Porto daquele País.

Compram-se esses equipamentos da França apenas porque o Brasil queria o dinheiro do financiamento', diz o advogado Roberto Davis, contratado pela Assembleia Legislativa gaúcha para analisar, no âmbito de uma CPI, os 5.000 documentos que integram os contratos de Candiota III. Hoje, a Companhia Estadual de Energia Elétrica tem uma dívida global de 2 bilhões de dólares e gasta dois terços do seu faturamento com os salários de seus 12.000 funcionários".

E concluo com essa reportagem da "Gazeta Mercantil" do último 18 de fevereiro, que faz um noticiário econômico dos mais idôneos do País e que expressa um saldo de gestão do PMDB no setor energético. Àqueles que entendem, há incorreções ou faltas, tem aqui uma expressão e que nos falta caminhar e nós já caminhamos. Diz a "Gazeta Mercantil" (Lê):

"COPEL LIMITA-SE À RECEITA E CONSEGUIE SANEAR SUAS CONTAS

A Companhia Paranaense de Energia (COPEL), investiu US\$ 1,776 bilhões nos últimos dez anos (período de Governo do PMDB). O nível de endividamento da empresa, no entanto, reduziu-se de US\$ 555 milhões (em 1982), para US\$ 488 milhões em 1992, mantendo, atualmente, uma equivalência de 14%

do seu ativo real, calculado em US\$ 3.450 bilhões. 'Trata-se de um comprometimento muito baixo em comparação ao volume de investimentos realizados e considerando-se que, neste período, a receita da empresa, assim como a de todas as concessionárias brasileiras, esteve sob o comando do Governo Federal, via tarifa equalizada no País', diz o Diretor Econômico e Financeiro da COPEL. Quanto a Caxias, orçada inicialmente em US\$ 1,4 bilhões, considerando-se o custo do dinheiro na década de 90 em comparação a 80, esse valor estaria mais ou menos equivalente ao custo da Usina de Segredo: milhões de dólares. O esquema de sustentação financeira para o empreendimento já montado e, a princípio, 539 milhões deverão ser gerenciados junto ao BID para obras civis. Duzentos milhões advirão dos fornecedores de equipamentos, e outros 200 milhões poderão ser obtidos junto à iniciativa privada através da modalidade pré-venda de energia. A ELETROBRÁS e a própria concessionária paranaense deverá cobrir a diferença dos custos na época da construção avaliada em 370 milhões de dólares."

Esta são as informações, este é o resultado de gestão no setor energético nos últimos anos. Mas na República é preciso, mesmo no desvario, manter o equilíbrio. E a COPEL equilibradamente respondeu as críticas e submete ao Parlamento o conjunto dos atos praticados, relativamente a licitação de Caxias, que dá um resultado final e é importante que se registre - a Proposta vencedora e quanto a idoneidade não há o que se ter medo, tem um custo a maior, e isso é o que se presume dos autos da ação popular - tem um preço final a maior na ordem de 4 milhões de dólares. Se verdadeira a proposta que seria apresentada pela empresa desclassificada, a COPEL se adimplida a obrigação proposta pela empresa, teria um custo de projetos 4 milhões de dólares a menor do que tem pela proposta contratada.

Portanto, um valor dos mais expressivos, mas a COPEL ciosa de um contrato que tem duração de 7 anos, um contrato em que não há pagamentos adiantados, um contrato em que se presta, se faz o pagamento mediante avaliação ao longo de 7 anos, que sobrevive ao atual Governo. Evidentemente não poderia a COPEL, em sua consciência e de modo conseqüente na gestão dos negócios da Energia do Estado, contratar de modo que já no primeiro ano, cinquenta por cento do total do contrato fosse adimplido ou remunerado a empresa que pretendia ser contratada pela Companhia de Energia Elétrica.

Portanto, fez uma decisão corajosa que precisa ser sustentada do ponto de vista técnico e também do ponto de vista político.

co. E assim mais uma vez como na Comissão Parlamentar de Inquerito da Polícia Militar, como anteontem na questão do Parque das Laurácias, como hoje na questão da Energia, na República e no Estado federado paranaense, estamos dispostos a debater a nossa política e os nossos atos com o conjunto das forças políticas que integram o Parlamento e a sociedade paranaense. Eu acho que assim se constrói um tipo de gestão virtualmente diferente dos modelos autoritários, encalacrados e superados que se implantaram em todo o País e se enca-lacraram na administração pública.

Esse Governo do novo tipo tem a sua expressão na Liderança do PMDB, que ficará de posse Deputado Renato Adur, companheiros Deputados, ficará de posse de todos os membros do Parlamento paranaense.

Agradeço a atenção, a deferência e a paciência para ouvirem tão longa exposição.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PMDB, se fará uso do seu Horário. (Declina).

PSDB.

(Declina).

PTB, PFL, PP, PL, PT.

(Declinam).

BPI.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Trago um alerta a esta Casa e ao Estado do Paraná; ao Governador do Estado e ao Secretário Mário Pereira.

Está sendo montado no Estado de São Paulo - com todo o apoio do Ministro Goldmann - um complexo Tietê/Sumaré ao Porto de São Sebastião.

Complexo este em vias de conclusão em não mais de 90 dias.

Complexo esse que tentará desviar do Porto de Paranaguá 4 a 6 toneladas de grãos que vem da região centro-oeste do nosso País. Gostaríamos que o Governo do Estado, que as autoridades e que essa Casa, entrasse em estado de alerta para que o Paraná não venha sofrer conseqüências irreversíveis na sua economia.

Este complexo trará toda a safra do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo e parte do Norte do Paraná, pela hidrovia do Tietê até Sumaré, onde um grupo português montou um complexo já pronto de 300 mil toneladas de estocagem de soja, com um contrato com a FEPASA para o Porto de São Sebastião, que tem 47 pés, ao contrário dos 37 pés do Porto de Paranaguá.

Por isso peço que o Governo do Estado-fizesse o mais rápido possível a conclusão

da FERROESTE, em vias do Porto de Paranaguá se tornar apenas, não mais o principal terminal graneleiro, mas apenas mais um porto obsoleto deste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Encontram-se em visita a esta Assembléia, os nobres Deputados Carlos de Souza Pedroso, Luís Rabanelli e Valdomiro Tauser; Vereadores do Município de Cantagalo.

Com a palavra, no Horário das Lideranças, o Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Por recomendação do nobre Líder Renato Adur, venho a esta tribuna para lamentar também as mortes dos 3 policiais em Campo Bonito, e neste passo, nós nos irmanamos ao nobre Deputado Algaci Túlio.

No entanto, Senhor Presidente, Senhores Deputado, quando o nobre Deputado Algaci Túlio agride o Governador Requião, ele também está ofendendo a mim e a todos os meus companheiros dos partidos que dão sustentação política ao Governador Roberto Requião. E por isso nós não vamos ouvir calados as afirmações e inverdades feitas de maneira sodada pelo nobre Deputado Algaci Túlio. E aqui estamos para rebatê-las e repôr a verdade.

Pretendia eu, em parte, já ter respondido essa questão. E preliminarmente coloco ao nobre Deputado desta Casa que os policiais militares não estavam em missão clandestina, como Vossa Excelência afirmou, eles estavam em missão legal, amparada pela Lei. E o fato de estarem eles à paisana, não significa que estivessem em missão clandestina. Estavam eles em missão de paz, com o objetivo de informar sobre a existência de armamento pesado e sobre as condições em que se desenvolvia o acampamento.

Quero esclarecer a Vossa Excelência que qualquer polícia do mundo tem a sua polícia de informações.

Estes militares estavam lá em missão de informação, de levantamento da situação. Mas Vossa Excelência traz a esta Casa, dizendo que estavam lá em missão clandestina. Este é o primeiro esclarecimento que se faz aqui nesta Casa. E mais, eles foram numa missão legal e não clandestina, reitero, como disse Vossa Excelência. E se existir, me aponte Vossa Excelência se há alguma polícia do mundo que não tenha serviço de informações, se existir eu acato os argumentos de Vossa Excelência. Mas todas as polícias do mundo têm também o seu serviço de informações. Estavam, portanto, em missão legal, em missão oficial, devidamente autorizada e não havia nada de clandestino!

Concedo o aparte a Vossa Excelência, depois prossigo nos esclarecimentos.

O Sr. Algaci Túlio - Agradeço a sua benevolência, nobre Deputado Oswaldo Trevisan, em me conceder o aparte.

Vossa Excelência me dá ainda mais argumentos para as minhas colocações, para completar aquilo que não tive tempo dentro do Horário do Pequeno Expediente.

Em primeiro lugar, quero dizer a Vossa Excelência e Vossa Excelência esteve aqui, há poucos minutos atrás, com o testemunho do Deputado Zuk, fez questão de ver os recortes dos jornais, leu e evidentemente se sensibilizou por estes três corpos que aqui estão, numa mesa do necrotério lá de Cascavel.

Vossa Excelência afirma agora que eu disse que estavam em missão clandestina. Peço a Vossa Excelência, que consulte os Anais da Casa, o Serviço de Taquigrafia, de Gravação; em momento algum citei esta palavra "em missão clandestina". Imagino até que poderiam estar numa missão clandestina. V. Exa. diz que o Governador do Estado não teve culpa alguma, a Polícia Militar, até onde entendo, pertence ao Governo do Estado do Paraná, é um órgão do Governo do Estado do Paraná.

Porque se Vossa Excelência não lembra, durante a campanha eleitoral para a Prefeitura de Curitiba, numa das invasões na área da CIC, os cabos eleitorais do PMDB, incentivados, foram provocar a Guarda Municipal, que é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Curitiba, e que com muito orgulho eu fui um de seus criadores, num Projeto de Lei, na Câmara Municipal de Curitiba. Provocaram os Guardas Municipais ao ponto de levar alguns deles até ao nervosismo e ocorrerem aquelas provocações, algumas agressões. Por muito pouco, mas muito pouco mesmo, aquelas cenas serviram para um mote na campanha eleitoral do PMDB. Ele usou e abusou daquelas cenas! E ninguém morreu lá, Senhor Deputado, ninguém morreu!

Agora aqui, existem três corpos estendidos e a esta hora, uma cidade, familiares e uma corporação estão chorando a perda de três pais de família! E Vossa Excelência vem à tribuna e diz que o Governador não tem culpa! Por mínima culpa que tenha o Senhor Governador, porque a Polícia Militar é de responsabilidade do Governo do Estado, por mínima culpa, só mesmo Sua Excelência fazendo um milagre e fazendo estes três corpos aqui saírem dos caixões e dar a eles vida, porque são militares pagos pelos cofres do Estado do Paraná! Por mínima culpa o chefe destes homens aqui é um Coronel que é o comandante do batalhão deles, vai ter que explicar como manda três homens à paisana acompa-

Curitiba, quinta, em 04.03.93

nhar um fazendeiro, para fazer o quê? Cadê o helicóptero da Polícia Militar, da Secretaria de Segurança, que poderia fazer uma visão da área por cima, para saber como é que estava a coisa? Ou será que três homens eram suficientes para enfrentar 170 homens, crianças, mulheres?

Por mínima culpa, Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, o Senhor Governador terá que fazer um milagre, ele que fala tanto em milagres, de dar a vida a estes três pais de família, cujas viúvas e filhos vão ganhar uma miserável aposentadoria de um salário miserável que ganham, para dar segurança ao povo do Paraná.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Exatamente Deputado, Vossa Excelência, quando o Governador age e tira invasores, Vossa Excelência reclama, quando não tira, Vossa Excelência reclama...

(Conversas paralelas)

O que Vossa Excelência precisa é ver que o Governador tem se conduzido de maneira bastante equilibrada na condução deste problema de terra. Isto Vossa Excelência há de reconhecer que o Governador tem se conduzido com bastante equilíbrio na condução destas questões de terra. Veja Vossa Excelência, recentemente no Município de Nova Fátima, na Fazenda da Mata, quando o Poder Judiciário, numa liminar, determinou, baseado em laudo, que a fazenda era produtiva, a Polícia Militar, o Governo do Estado determinou a desocupação da área, o que foi feita de maneira rápida e nenhum incidente. No entanto, nobre Deputado, Vossa Excelência não concorda com nenhuma das soluções, e traz agora, lamentavelmente...

(Conversas paralelas)

Concedo o aparte ao Deputado Renato Adur.

O Sr. Renato Adur - Com todo respeito que nós temos ao nobre Deputado Algaci Túlio, nós entendemos que a emoção, que esse é um momento complicado em virtude da perda da vida três pessoas. Entretanto, confirmamos ao Deputado Algaci Túlio, que realmente esses cidadãos estavam no exercício legal da profissão, com amparo legal Deputado Algaci Túlio.

O que houve na realidade, e que tem que ser respeitado, é que o Governo do Paraná tem conduzido as questões de segurança do Estado com maior cuidado, a questão fundiária delicada sobre todos os aspectos, Deputado Trevisan. E este caso é rotineiro na Polícia Militar do Paraná, é rotineiro em outras polícias. Primeiro vai se fazer uma averiguação para se evitar um derramamento de sangue, tanto é que a proposta, que a atitude, a determinação era correta, que minutos ou horas antes havia

estado no mesmo local, Deputado Algaci Túlio, o Delegado da Comarca; e o delegado foi, teve trânsito livre e voltou ao local.

(Conversas paralelas)

O que o Governo quer é justamente resolver o problema, e o objetivo era eliminar esta questão. Qualquer helicóptero, qualquer outro tipo, um policial fardado teria problemas sérios, porque o conflito já estava sendo gerado.

Então, o que acontece, no nosso entendimento, é que o Governo do Paraná, Secretário de Segurança, tiveram uma das posturas mais firmes, mais corretas e mais éticas.

O Governo procura evitar o derramamento de sangue, o problema de um incidente no exercício do trabalho, legalmente é verdade, não estavam uniformizados, mas estavam no cumprimento do seu dever por determinação da corporação. Isso tem que ser entendido e tem que ser respeitado porque é de lei. O Governo agiu corretamente para evitar um derramamento maior de sangue. Se houvesse encaminhado um batalhão, de repente, poderíamos estar hoje, e o próprio Deputado Algaci Túlio poderia estar aqui lamentando a morte de centenas, ou dezenas de pessoas.

Um erro não justifica o outro, mas o Governo do Paraná teve a sua posição correta ao determinar que elementos de uma polícia especial, PM-2, fosse desenvolver esse trabalho e fosse desempenhar o trabalho de averiguação, verificando o problema de armamentos pesados, verificar problemas que estavam ocorrendo na região.

Nunca houve no Paraná, Deputado Algaci Túlio, um Governo que se empenhasse em resolver as questões fundiárias tão determinante como no Governo Requião. Portanto, com todo o respeito que nós temos ao Deputado, nós temos que entender, lamentamos com as famílias, o Governo está procurando reparar o erro, não é o ideal, mas é o que o Governo pode fazer, é o que está dentro das possibilidades.

Nós entendemos...

(Conversas paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está encerrado o seu tempo.

Damos mais um minuto para concluir.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Para concluir...

O Sr. Algaci Túlio - Só queria complementar, se me permite, dizendo que se este Governo é tão competente, como falou o Deputado Renato Adur, para resolver o problema fundiário, se para resolver o problema fundiário tem que ter a competência de permitir que se mate policiais, é preferível não ter competência para resolver este

problema.

O Sr. Renato Adur - É competente para evitar um derramamento maior de sangue.

Temos o maior respeito por Vossa Excelência e Vossa Excelência sabe, agora, não podemos fazer de um incidente no exercício do trabalho um "cavalo de batalha"...

O Sr. Algaci Túlio - Mas fizeram isto na campanha para Prefeito de Curitiba.

O Sr. Renato Adur - O Deputado Rafael Greca já é o Prefeito de Curitiba, tem toda a nossa consideração.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Só quero dizer a...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está encerrado...

O SR. OSWALDO TREVISAN - Só quero dizer que o grito é o argumento de quem não tem razão.

Vossa Excelência precisa gritar para expor seus pensamentos e nós estamos pondo de maneira tranqüila.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

A Mesa decidiu na questão de ordem referente aos requerimentos dos Deputados Antonio Costenaro Nto, Luiz Henrique Bona Turra e Cleiton Kielse que ontem entraram em pauta, a Mesa deferiu conforme o solicitado pelos requerimentos e a viagem a Cuba é sem ônus para o Legislativo Estadual.

Sobre a Mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados para comporem as Comissões desta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, na qualidade de Líder do BPI, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados para comporem as Comissões desta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

do. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Artur Ritti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 029/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 029/93, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem n° 004/93, dispõe que a alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços nas operações internas com óleo diesel é fixada em doze por cento (12%). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. **Aprovado, artigo por artigo.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 028/93, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Ofício n° 072/93, que dá nova redação ao inciso III do artigo 207, da Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado) e adota outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. RENATO ADUR - Pela ordem. Queremos justificar a ausência dos Deputados Toti Colaço, Duílio Genari, Nereu Alves Moura, Ernani Pudell, Ovídio Constantino que, acompanhados do nosso Secretário da Justiça, Deputado José Tavares, se encaminharam até a cidade de Campo Bonito para acompanharem esta questão fundiária que ocasionou este problema de ontem na cidade Campo Bonito.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Sobre a mesa, requerimento n° 193, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 172, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 169, de autoria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legisla-

tiva.

Requerimento n° 171, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 190, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 168, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 166 e 167, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 170, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 173, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Erondy Silvério, Neivo Beraldin e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 174, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 175, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 176 e 177, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 178, de autoria do Senhor Deputado Costenaro Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 179, 180 e 181, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 182, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 192, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 184, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 198, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. A Convocação só será se acompanhado do Senhor Secretário de Estado da Fazenda.

O SR. RENATO ADUR (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós apresentamos à Mesa um requerimento à Diretoria de Carteira de Fomento Agrícola do Banco do Estado do Paraná, solicitando à Mesa que determine dia e hora para que o Diretor desta Carteira venha até esta Casa de Leis prestar esclarecimentos e trazer as informações necessárias para conhecimento dos Senhores Parlamentares e da imprensa em geral da atuação do Banco do Estado do Paraná, do setor de investimentos na área agroindustrial, na área industrial em benefício do desenvolvimento do nosso Estado.

Nós entendemos oportuno, Senhor Presidente, que esta Casa de Leis tome conhecimento do que está sendo feito, qual a dinâmica que está sendo adotada pelo Governo do Estado do Paraná em prol do desenvolvimento econômico do Estado.

Razão pela qual, solicitamos que esta Casa determine uma hora e dia, que se faça um convite ao Doutor Paulo Roberto, hoje Presidente e Diretor dessa Carteira de Fomento do Banco do Estado, para que nós tomemos conhecimento e façamos as perguntas necessárias, para que ele nos informe, informe ao Paraná, a todos os companheiros, a todos parlamentares desta Casa, o que está sendo feito, o que tem hoje, se existe verba no Banestado, se existe disponibilidade, algum programa, o que está sendo feito em benefício do desenvolvimento, do investimento para o desenvolvimento econômico do Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - A Mesa encaminhará o convite, mas participo ao nobre deputado que também fará convite ao Secretário das Finanças.

Está em votação o requerimento do Deputado Renato Adur. **Aprovado.**

Requerimento n° 194, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, nesta Casa todos nós temos o direito de discordar, de concordar e por isso, quando se trava uma batalha de pensamentos políticos se criam inimizades.

Eu quero neste momento e vou tentar fazer isto hoje, fazer aqui um agradecimento todo especial aos companheiros da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aos funcionários desta Casa, e muito em especial ao então Presidente Anibal Khury e ao atual Presidente Orlando Pessutti que desde o primeiro momento em que fomos atingidos com a perda de um filho se colocaram à disposição, abriram a Casa, procuraram de todas as formas levar a mim e a minha família o conforto da perda de

um ente querido, dando todas as possibilidades para que naquele momento nós pudéssemos realizar aqui o funeral, e inclusive colocando à disposição para que fossemos buscar o corpo do filho lá em terra paulista. E quando coloquei nos Anais desta Casa o discurso proferido pelo jornalista Aderbal Fortes de Sá, é porque ele um mês antes havia sido convidado como padrinho dessa turma de jornalistas, de formandos, para fazer o discurso, para falar, ninguém melhor do que ele, Aderbal, com respeito a todos os grandes jornalistas que temos no Paraná, em Curitiba, em especial, para dar a esta juventude uma noção do que é a imprensa, do que é o rádio, do que é a televisão e do que é o jornal. E o Fábio era um dos principais coordenadores da preparação da formatura que vai acontecer no próximo sábado. Entusiasmado, ele e os amigos, preparavam até uma formatura totalmente diferente daquelas que ocorrem nas formaturas de todas as espécies de cursos, inclusive com show circense, e ele quem foi atrás do Lafayette Queirolo para que ele fosse lá fazer uma apresentação e quem tiver o prazer de no próximo sábado comparecer no Auditório da Reitoria, vai ver todo um trabalho que foi preparado também pelas mãos do Fábio.

Então, eu peço perdão, desculpem os amigos pela emoção, mas eu não poderia deixar passar em branco, neste momento, este agradecimento a todos os Deputados que me confortaram com palavras, com orações, com a solidariedade que eu recebi desta Casa, que me deixa devedor a esses companheiros da minha amizade e da minha eterna gratidão.

Por isso eu quero neste momento fazer este agradecimento e dizer que tenho a certeza absoluta, porque como cristão, em momento algum eu me revoltei contra Deus, porque o meu filho, com apenas 22 anos de idade, ele era um dos coordenadores do DEACO. O DEACO é um grupo de jovens. O DEACO significa: Deus, Amor e Compreensão, e ele era um dos principais coordenadores.

Era ele que quando, depois de ser um dos primeiros a frequentar o DEACO, passou a integrar uma Comissão que convidava outros jovens que precisavam também de uma orientação espiritual.

Era ele que nos cursos, nos retiros de três dias, e o nobre Deputado Luiz Carlos Martins já teve a oportunidade de fazer palestras em alguns retiros do DEACO, era ele quem fazia comida às vezes, era ele quem servia comida e era ele quem servia de coroinha para o Padre Aleixo, em algumas missas.

Por isso eu tenho certeza absoluta que meu filho está lá junto de Deus e por esta razão eu procuro nesta certeza o conforto

do bem estar dele. E a certeza de que toda aquela juventude, aquele espírito, aquela vontade de fazer as coisas acontecerem, eu tenho a obrigação, agora, de fazer a parte dele também.

Por isto, aos companheiros da Assembléia, eu quero deixar aqui externados estes agradecimentos e a certeza de que não será, Deputado Adur, Deputado Oswaldo Trevisan, que nestes debates por questões políticas ou por interesses de defesa de um setor da sociedade ou de outra que nós vamos nos tornar inimigos.

Mais do que nunca, eu repito, tenho por obrigação manter da melhor maneira possível a amizade, o companheirismo, porque o que esta Casa demonstrou, num momento difícil pelo qual passei, somente com muita resignação, somente com muita vontade, mesmo, é que vou procurar pensando, exatamente, no meu filho, que eu vou ter de pagar-lhes esta solidariedade. Porque não há palavras que confortem. Mas, a presença, o abraço, o aperto de mão. Eu levanto a cabeça e a vida continua. Isto é muito importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Em discussão. Em votação. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

(A matéria acha-se publicada no final desta ata).

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto de confiança ao ex-Governador Álvaro Dias, pela posição assumida ontem, em Brasília, com a Bancada do Partido Progressista, em razão do apoio ao atual Presidente da República, Dr. Itamar Franco.

Eu acho que esta medida vem de encontro com o desejo da sociedade do nosso País, uma vez que nós devemos acreditar nos governantes. Mas, nós também podemos desacreditar nos governantes que assumem uma posição e em seguida mudam de opinião.

É lamentável, são lamentáveis os episódios que estão ocorrendo em Brasília, uma vez que o Presidente determinou a nomeação de vários membros do Banco Central, causando com isso a queda do Ministro da Fazenda.

E depois disso, voltou atrás nas nomeações do Banco Central.

Eu parabeno a decisão do nosso Presidente Nacional, do nosso Partido e quero dizer que Itamar Franco, o nosso atual Presidente, não é um bom mineiro, porque o bom mineiro preza pela palavra e representa, com muita dignidade, o Estado de Minas Gerais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Requerimentos n°s 185, 186 e 187, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 156, de autoria do Senhor Deputado Costenaro Neto, constante do expediente de sessão anterior. **Defiro conforme o solicitado.**

Requerimento n° 164, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, com apoio do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente de sessão anterior. **Defiro conforme o solicitado.**

Requerimento n° 188, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 079/92 e 101/92.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 04 DE MARÇO DE 1993.

"Informação e Transformação"

Proferido pelo jornalista Adherbal Fortes de Sá Júnior, Discurso aos jornalistas da turma de 1992 da Pontifícia Universidade Católica.

Meus afilhados:

Recebi, entre honrado e agradecido, o convite para paraninfar esta Turma Wanderley Dias, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Honra de ter o nome ao lado de uma das melhores figuras humanas que conheci, cuja grandeza excedeu sempre o espaço do jornal diário para espalhar-se por toda a cidade. A presença de Wanderley Dias foi uma constante não apenas em áreas de formação de opinião, mas também onde era mais necessária a fraterna solidariedade cristã que marcou a vida desse grande jornalista e desse imenso brasileiro.

Gratidão pela oportunidade de falar a um público intelectualmente tão preparado para refletir sobre os grandes mistérios nacionais. Raramente houve tantos enigmas a decifrar, mesmo considerando que a his-

tória do Brasil tem sido pródiga em eventos fantásticos e que estrangeiros chegam a nos olhar desconfiados, quando revelamos alguns deles.

No momento, deparamo-nos com fatos que beiram o surrealismo. Como, por exemplo, contar ao visitante estrangeiro que, apesar da multiplicação dos terreiros de macumba e das seitas umbandistas, só 2% dos brasileiros admitem filiação às chamadas seitas afro-brasileiras - e que sólidos 87,8% do povo continuam estatisticamente católicos?

Ou como explicar que, segundo as estatísticas, há um automóvel para cada três casas - mas que, em compensação, na terceira há pessoas passando fome?

Temos 23 milhões de automóveis, caminhões e motos. Uma frota igual à da França. Mas um mistério tecnológico faz nossa frota poluir o dobro da francesa.

Finalmente, como entender que, apesar de tudo - inclusive apesar da franca desconfiança que paira sobre nossas estatísticas - o brasileiro tem uma confiança quase ilimitada no futuro. Acredita que o ano que vem vai ser melhor do que o atual e o ano seguinte melhor ainda do que o ano que vem.

Santo Agostinho aconselhava seus seguidores a não procurarem entender o milagre da fé - mas a ter fé em sua capacidade de entender. Provisoriamente, os visitantes assustados desistiram de entender o Brasil, a nossa jovialidade, a permanente disposição para a aventura de cada dia.

E é com essa destemida confiança no amanhã que vejo essa turma de novos jornalistas entrando nas redações, ou abrindo uma empresa de comunicação social, ou assumindo a penosa porém estável missão de comunicar o que vai pelo serviço público.

Em qualquer dessas posições é indispensável ter uma pauta - e imagino que foi esse um dos motivos de terem escolhido um profissional com trinta anos de redação para proferir o discurso de formatura.

Uma pauta. Uma pauta para a vida, que esteja atualizada daqui a trinta anos. Por onde começar?

O primeiro item talvez seja o mais importante: acabar com a crise de credibilidade nos meios de comunicação. Manter a sociedade informada. Todos igualmente informados, com precisão e instantaneidade.

Nós costumamos acreditar que a democratização da informação começa na primeira metade do século 15, quando Gutenberg coloca em funcionamento a primeira prensa de tipos móveis. Infelizmente, o meio não é a mensagem. Os tipos móveis não acabam com o imobilismo da sociedade medieval.

Para divulgar a verdade, não basta o

instrumento.

Dois séculos depois, em 1632, a informação ainda é um privilégio. Tanto que a Inquisição bane a obra de Galileu Galilei e obriga a retratação. E pur si muove, declara o réu após ouvir a sentença. Mas ninguém publica.

Não bastam o instrumento e a informação para difundir a verdade.

1797: o jornalista Francois Noel Babeuf é guilhotinado por decisão da justiça da contra-revolução francesa. Seu crime: denunciar que o Diretório desrespeitou a soberania do povo, transformou o direito de votar em privilégio de certas castas e eliminou a liberdade de imprensa e a liberdade de reunião. Sua defesa não é divulgada. Só em 1884, é publicado o texto completo da defesa de Babeuf.

Quer dizer: **não basta o instrumento, nem basta a informação, nem é suficiente a indignação para transmitir a verdade - é preciso liberdade.**

O Século 19, com a consolidação da Revolução Industrial e dos grandes conglomerados urbanos, torna-se o século da liberdade de imprensa.

O jornalista ganha caneta, matéria e propósito. Horace Greeley, do New York Tribune, declara: "O melhor uso do jornal é imprimir a maior quantidade possível de verdades importantes - verdades que possam fazer a humanidade mais sábia e, em consequência, mais feliz."

Não custa lembrar que a verdade é o resultado de um processo ético de transmissão de informação. Sem ética não há verdade.

Thomaz Carlyle, escocês que consolidou seu prestígio com uma valiosa história da Revolução Francesa, proclama, lá pela metade do século 18: "As grandes forças transformadoras do mundo são a pólvora, a Reforma e a imprensa." Ele tinha documentado as gigantescas transformações provocadas pelas guerras napoleônicas, o clima libertário da Reforma e a liberdade da imprensa inglesa.

Que imprensa era essa? Uma imprensa barata, de baixo nível tecnológico. Qualquer cidadão alfabetizado, com alguma determinação, podia acabar dono de um jornal.

Multiplicavam-se os jornais dirigidos aos operários ingleses, que eram discutidas abundantemente questões econômicas e sociais. Com 20 mil dólares, facilmente arrecadados entre assinantes e anunciantes, colocava-se um novo título nas bancas.

A necessidade de disputar espaço com empresas poderosas e de tendência oligopolista, elevou este custo. No fim do século, não se instalava um jornal em Nova York por menos de 600 mil dólares. A im-

prensa continuava livre. Mas só para quem tivesse 600 mil dólares.

Assim chegamos ao Brasil e aos tempos atuais. Outro dia, importante personalidade pública afirmou que estão faltando duas grandes CPIs no Brasil - uma para o judiciário, outra para a imprensa.

O problema do judiciário é antigo. A justiça sofre com o peso da herança cartorial portuguesa. O processo tramita penosamente de uma instância para outra, a custos elevadíssimos. As tentativas de modernizar o aparelho judicial esbarram na falta de dinheiro, no conservadorismo, no preconceito e no desinteresse de quem está tirando proveito desse estado de coisas.

Os meios de comunicação social estão semicartelizados. O chefe de redação de um grande jornal disse: "Temos que tomar cuidado com a liberdade de imprensa. Doze famílias controlam mais de 60% da mídia."

Os grandes jornais são donos das grandes redes de televisão e rádio. Em outros países isso é proibido. Mais: na maioria dos países desenvolvidos o governo controla boa parte da televisão e do rádio.

Aqui não há alternativa. E os próprios diretores da Rede Globo dizer que seu maior desejo é ter uma concorrência mais competitiva - até para ampliar seu estreitíssimo mercado de trabalho.

Nossa pauta é difícil, mas vivemos no país do milagre. Temos que:

- . Ajudar a criar bons concorrentes para a Rede Globo;

- . Transformar a TV a cabo num instrumento de democratização da informação eletrônica;

- . Revalorizar o rádio, como meio de informação confiável e instantâneo;

- . Fortalecer o jornalismo alternativo, segmentando públicos, redistribuindo renda e, principalmente, alfabetizando: vendem-se 55 jornais por mil habitantes no Brasil, contra 88 por mil na Argentina e 400 por mil na Alemanha.

Meus afilhados:

A tarefa é grande - mas tudo é grande no Brasil. Estamos falando de um país de 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, de 150 milhões de habitantes e 400 bilhões de dólares de Produto Interno Bruto, com muito sol, muita praia, muita luz e uma grande confiança no futuro.

Há motivos para confiar. Nos últimos 50 anos, metade da população, que era marginalizada, conquistou o direito de votar e ser votada, de participar do processo legislativo, de trabalhar menos horas por

semana, de planejar a família, de discutir sexo com os filhos, de controlar o orçamento público e até de deseleger o Presidente da República.

Em 1965, nos anos pré-AI-5, Millor Fernandes advertiu que, se o governo permitisse que certos parlamentares continuassem falando o que estavam falando, se o Governo deixasse que certos jornais escrevessem o que estavam escrevendo; se continuassem a permitir que juízes do Supremo Tribunal Federal continuassem concedendo habeas corpus a três por dois - o Brasil ia acabar caindo numa democracia.

Demorou, mas a democracia está aí. Caímos nela. Nada mais justifica aquela postura de intelectual entediado com a vida. Nada sugere o movimento pendular entre o ócio epicurista e a resignação elegíaca. Nada nos libera do dever de seguir com as reformas transformadoras, para construir uma sociedade moderna, livre, igualitária.

Pois, três séculos e meio depois, a notícia chegou a todos os públicos: o mundo realmente se move em torno do sol. E muito da força desse movimento vem do pensamento, do discurso e das ações daqueles que ousam seguir à frente de seu tempo - mesmo humilhados e apontados como lunáticos, sonhadores, visionários, homens estranhos, de idéias exóticas e cheias de ismos.

Eles são os mastros e as velas do barco do qual o conservadorismo é o lastro. O lastro é importante - e às vezes indispensável. Mas não serviria para nada se o barco não estivesse indo para algum lugar.

Nosso barco seguirá com a força de vocês - repórteres, redatores, roteiristas, escritores. Vocês sozinhos - batalha diária com a ortografia, a sintaxe, a lógica - tentando explicar o sentimento do mundo.

Seguir sem hesitar, porque quando se está subindo a colina, não se pode pisar no freio.

Seguir sem temer a vida. A vida é um bem maravilhoso. Ninguém pode sentar-se e deixar a vida passar. É preciso lançar-se à vida, navegar as correntes da vida.

Não se pode economizá-la, nem armazená-la, nem guardá-la no escuro de uma adega para amadurecer, como se fosse um vinho. Há que provê-la, há que usá-la intensamente. E quanto mais se usar, mais vida haverá.

E esse é o grande milagre da vida, que Deus há de ajudar cada um de vocês a fruir e a merecer.

Obrigado.